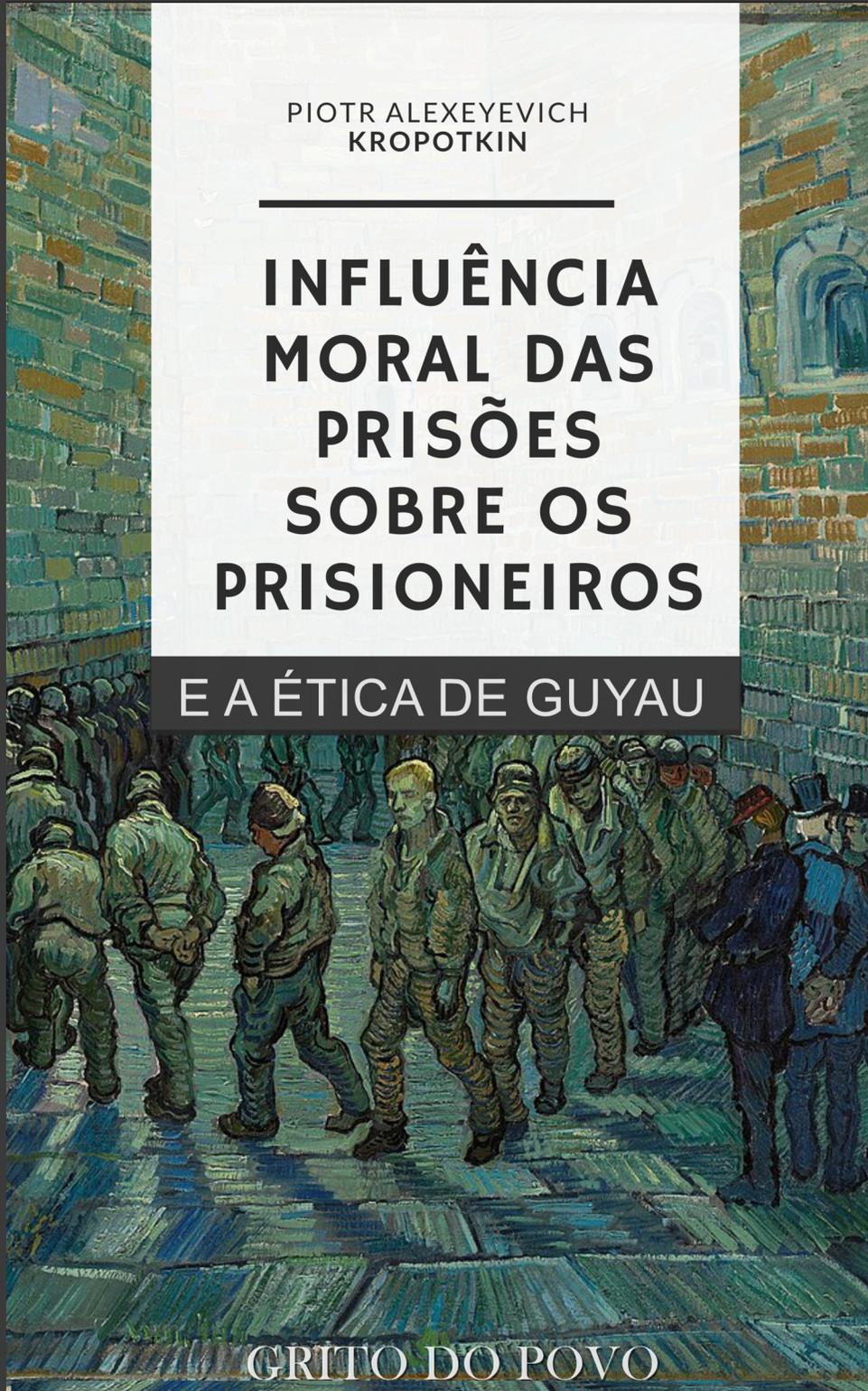


PIOTR ALEXEYEVICH  
KROPOTKIN

---

# INFLUÊNCIA MORAL DAS PRISÕES SOBRE OS PRISIONEIRO

E A ÉTICA DE GUYAU



GRITO DO POVO

Piotr Alexeyevich Kropotkin

**INFLUÊNCIA MORAL DAS PRISÕES  
SOBRE OS PRISIONEIROS**

\*

**A ÉTICA DE GUYAU**

*Tradução*

Editora Grito do Povo

*Revisão*

Editora Grito do Povo

**ARAUCÁRIA**

**2021**

Creative Commons 4.0  BY-SA

Organização, tradução, adaptação e revisão:

Editora Grito do Povo

Projeto gráfico, capa e diagramação:

Editora Grito do Povo

Impressão e acabamento:

Editora Grito do Povo

Imagem da capa:

“Prisoner’s Round (after Gustave Doré)”. 1890 por Vincent van Gogh.

Reproduzida de:

[https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/9e/Vincent\\_Willem\\_van\\_Gogh\\_037.jpg](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/9e/Vincent_Willem_van_Gogh_037.jpg)

1ª Edição, outubro de 2021.

---



Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons BY-SA atribuição 4.0



Dedicamos a publicação dessa obra ao companheiro Thiago Fuschini, que faleceu precocemente em matéria, no mês de agosto deste ano. Homenageamos aqui, não somente um kropotkiniano, mas também um lutador que se lançou à ação junto a massa de marginalizados. Militou na Pastoral Carcerária, na Rede de Proteção e Resistência Contra o Genocídio, junto a população de rua, entre outras lutas em São Paulo.

Thiago Fuschini foi uma das primeiras pessoas que entrou em contato conosco incentivando e acompanhando nosso trabalho, nada mais justo dedicarmos essa publicação a esse grande combatente da causa do povo.

**Nossos lutadores e lutadoras serão eternos em nossa ação!**



# Sumário

<b>NOTA DA EDITORA.....</b>	<b>7</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>INFLUÊNCIA MORAL DAS PRISÕES SOBRE OS PRISIONEIRO.....</b>	<b>23</b>
I.....	25
II.....	33
III.....	44
<b>ÉTICA DE GUYAU .....</b>	<b>65</b>



## NOTA DA EDITORA

É com enorme alegria que lançamos nossa primeira publicação, “As Prisões” do famoso anarquista russo Piotr Kropotkin (1842-1921), lançamos este livro em homenagem a este revolucionário no ano que completam 100 anos da sua morte em carne.

A presente obra possui sua origem em uma conferência realizada por Kropotkin na França no ano de 1887, onde ele desenvolve sua argumentação a partir de questionamentos sobre como se dão os julgamentos nos tribunais e sobre a legitimidade das punições aplicadas aos réus, mas principalmente se estas punições conseguem cumprir o seu duplo objetivo professado até hoje, inibir a prática criminal e reduzir a reincidência. No esforço de responder estes questionamentos, Kropotkin nos leva em uma viagem por dentro da estrutura do sistema penitenciário da época, que na sua essência continua o mesmo, mas principalmente o autor consegue nos colocar frente a frente a um debate moral, ético e material sobre a eficiência e a função real do Direito Penal na sociedade capitalista.

Escolhemos esta obra como primeira a ser lançada, pois ela cumpre um dos objetivos principais propostos por nossa editora, o de dialogar sobre temáticas que atingem nossas comunidades e, infelizmente, a prisão é uma dessas temáticas tão presentes. A periferia odeia tanto o sistema penitenciário e seus capitães-do-mato, assim como os anarquistas os odeiam. No entanto, foi dentro do sistema penitenciário onde parte significativa da moral e ética periférica foram forjadas, os fundamentos gritados nas letras de raps e proibições que falam em lealdade, respeito, jamais caguetar, não conspirar, não

trair, não ser conivente com estupradores, jamais cooperar com a polícia, etc. possuem relação direta com a experiência concreta da classe trabalhadora, principalmente de suas frações mais marginalizadas, com o sistema penitenciário, onde muitos de nós caem pelos mais variados motivos, porém que tem o sistema capitalista como a principal causa.

Em 2020 nosso país passava da marca de 773 mil pessoas encarceradas, sendo a maioria presa durante o corre atrás das notas, cerca de 40% respondem por tráfico e 36,74% respondem por crimes contra o patrimônio, ou melhor, por buscarem patrimônio. O cárcere no Brasil tem raça, gênero, classe social e localização geográfica, sendo composto majoritariamente por negros, homens, pobres e moradores das favelas e periferias. Logo, o livro aborda uma questão cotidiana para quem milita junto e faz parte das camadas populares, sendo impossível ignorar sua influência subjetiva e material em nossos meios.

A temática das prisões também é recorrente nos debates anarquistas, não somente por elas refletirem como capital e Estado lidam com as questões sociais, mas principalmente por elas na prática representarem o antagonismo a um dos mais importantes princípios anarquistas, a liberdade. Pode-se afirmar que assim como a periferia, a moral e a ética anarquista estão atravessadas e influenciadas pela relação desse movimento com o cárcere.

O conceito de liberdade para os anarquistas está ligado à ideia de potência, ou seja, ter posse dos meios reais para realização de aspirações internas do ser humano e da coletividade, significa transformar seu pensamento em ação, logo ser livre é ter poder sobre si de forma concreta. Porém a liberdade para os anarquistas só pode ser real, como poder de realização das nossas potências através dos meios necessários para isto, logo para os anarquistas, a liberdade é possível somente com a emancipação total das massas oprimidas, caso contrário

ela é uma farsa, sendo real somente para uma minoria detentora de privilégios que permitem terem todos os meios para desenvolverem suas faculdades corporais e intelectuais para atingir a liberdade através da escravidão das grandes massas em forma de trabalho livre e privando da pouca liberdade existente aqueles que transgridem as leis deles.

Mais que um tema recorrente, as prisões foram e são uma experiência constante na vida de vários anarquistas célebres e anônimos, todos estes perderam boa parte de suas vidas encarcerados pelos cinco continentes, por isso quando a maioria dos anarquistas do século XIX e XX falavam sobre a prisão, falavam de um problema que conheciam bem. O cárcere, portanto deve ser entendido como uma experiência material vivida por esses homens e mulheres, experiência essa que com certeza marca dolorosamente a vida de qualquer ser humano que por ela passa, experiência essa que exerce uma pressão moral que reverberou tanto na consciência quanto na prática destes indivíduos que passaram pelo cárcere. Quando Kropotkin e vários outros anarquistas escreviam sobre as prisões, falavam a partir de estudos, mas também de uma experiência empírica como apenados.

Não é à toa que o anarquismo é a teoria político-social que mais rejeita todos os tipos de inimigos da liberdade. A prisão é a expressão mais extrema do controle do Estado sobre nossos corpos, pois não só restringe o direito de ir e vir, mas anula o indivíduo da sua existência social.

Nesta edição também trazemos um texto bônus do Kropotkin para nossos leitores, “A Ética de Guyau”, que se trata de um artigo onde ele apresenta o legado teórico do grande, porém ainda desconhecido, pensador francês Jean-Marie Guyau (1854-1888). Pensador que teve uma vida breve, porém que deixou um legado importante que municiou vários intelectuais na

Europa, incluindo o próprio Piotr Kropotkin e sua obra “As Prisões” e outros de seus escritos.

Além do bônus daremos outros dois presentinhos para vocês. Apesar de haverem muitos leitores, editoras independentes e bibliotecas comunitárias, ocupando e atuando na periferia, o fato é que a leitura ainda é um hábito de poucos, assim como em outros cantos dos grandes centros urbanos, desta forma iremos disponibilizar em nossos canais um podcast e a versão deste em audiobook para facilitar que você, militante do gueto, organize discussões e difunda esta obra entre os nossos.

**Paz, Justiça, Liberdade e uma boa leitura!**

# INTRODUÇÃO

No dia 02 de agosto de 2019, segundo repercutiu a imprensa, policiais de elite da ROTAM entoaram grito em comemoração aos 13 (treze) anos do Batalhão de Polícia Tática (BPOT): “arranca a cabeça e deixa pendurada, é a Rotam patrulhando a noite inteira, pena de morte à brasileira”. Sob os olhos do governador do Pará, Helder Barbalho (MDB), o macabro evento comemorativo aconteceu dias após o massacre prisional no Centro de Recuperação Regional de Altamira - região do massacre social da infame Hidroelétrica de Belo Monte.

Estimulado pelo estatismo, o conflito fraticida entre coletivos prisionais resultou no massacre prisional que chamou atenção por ter ocorrido em um contêiner prisional, isto é, em celas improvisadas para o funcionamento da unidade. Foram confirmadas a morte de 62 presos, sendo 16 decapitados. O contêiner-cela foi incendiado. Dias depois, o calor sinistro ainda foi sentido por relatores de direitos humanos que foram inspecionar a unidade prisional.

Nem mesmo a repercussão nacional e internacional indicam uma grande comoção, destacando-se, de fato, a permissividade estatal na escalada de violência. No ano anterior, em dezembro de 2018, a unidade prisional já tinha sido palco do extermínio de sete internos após uma tentativa de fuga frustrada. Portanto, o cenário conflagrado das prisões é amplamente conhecido sendo difícil identificar onde será o próximo massacre.

Na realidade, a história do Brasil é a história dos massacres e genocídios dos povos subalternizados. Os massacres contemporâneos nas prisões brasileiras não são novidade. Em 1992, o internacionalmente conhecido massacre do Carandiru promovido pelas forças de segurança do Estado de São

Paulo, marca de modo definitivo a farsa da transição democrática da Nova República, quando do extermínio de 111 internos da Casa de Detenção. Exemplo cabal da farsante democracia racial brasileira, mito criado para esconder a realidade de que os povos negros e indígenas são matáveis e indignos de comoção.

De fato, mais recentemente, os massacres contemporâneos são protagonizados por coletivos prisionais que empreendem lutas de eliminação sob a tutela estatal, desencadeando ciclos de vingança dentro e fora das prisões. A partir de 2013, como visto em Pedrinhas, Manaus, Boa Vista, Alcaçuz e em Altamira, a opção política punitivista pelo superencarceramento e, por outro lado, o reformismo prisional, imbuído das melhores intenções, fizeram com que as prisões se expandissem ao ponto de estarem no centro de nossos problemas fundamentais.

Verdadeira panaceia das esquerdas e direitas, as prisões são palcos da escalada de conflitos entre grupos que desconsideram seus rivais como vidas dignas, sendo conspirações transformadas em ações promovidas com a intenção principal de eliminação completa de inimigos. Assim, é uma artimanha eficaz do estatismo para sustentar e estimular a divisão entre as classes oprimidas e, sobretudo, sustentar o genocídio dos povos negros no País, ao operar a cooptação de grupos autoritários e criarem as condições ideais para a ocorrência de massacres.

Portanto, o Estado brasileiro deve ser responsabilizado por essa tragédia humanitária, racista e sexista. Esses poucos exemplos demonstram como o poder estatal opera em um país que convive com a perpetuação da dominação e violência colonial sistêmica. A oportuna leitura deste livro coloca em evidência

a vitalidade do pensamento anarquista, teoria social do abolicionismo radical da sociedade burguesa, capitalista e colonial.

\*\*\*

A importante iniciativa do relançamento da obra “As Prisões”, de Piotr Kropotkin (Moscou, 9 de dezembro de 1842 – Dmitrov, 8 de fevereiro de 1921), é reveladora da vitalidade da profunda reflexão feita na conferência proferida no longínquo ano de 1887, na França. Mais um esforço editorial genuíno devido as dificuldades de tradução em língua portuguesa das obras do autor. O leitor é brindado com essa nova e importante edição que contém um texto bônus muito pertinente.

Sobre as prisões, em seu profundo conhecimento de causa, o célebre anarquista demonstra a força das ideias do movimento ácrata enquanto teoria social e crítica radical e moral da sociedade burguesa e suas artimanhas de dominação econômica e de classe. A base da argumentação da histórica conferência se deu no desvelamento dos mecanismos de sustentação da engrenagem de submissão do povo pobre em nome de uma reabilitação nunca completa pela própria contradição antissocial gerada pela privação de liberdade.

As prisões, diferentemente do que se supõe, produzem mais crimes e aprofundam as desigualdades econômicas e sociais desde sua origem associada ao trabalho, isto é, intimamente ligada ao espólio do tempo e do trabalho livre do povo pobre, considerado indócil e perigoso pelas elites e classes dominantes. Dessa maneira, denuncia com firmeza que as prisões afetam homens e mulheres, em uma máquina estatal que gasta volumosas quantias em um círculo vicioso de injustiças pelo seu caráter punitivista e violento. A reincidência aparece como um problema central, incapaz de ser resolvido pela justiça criminal que enquadra principalmente os pobres e despossuídos.

O autor é uma das figuras mais representativas do movimento anarquista ao lado de seu conterrâneo Michael Bakunin. De origem nobre, Kropotkin foi admirado e respeitado nos círculos revolucionários e científicos. Descendente da antiga casa real dos Rurik, que governara Moscou antes dos Romanov, percebeu desde sua infância um mundo dividido entre senhores e servos. Com tal posição, seu futuro parecia assegurado: ele poderia esperar ser um jovem general e mais tarde um governador de província.

Preferiu servir na região da Sibéria, ocasião de suas famosas expedições como militar, andando quase sempre desarmado por acreditar que o camponês comum teria uma natureza boa e pacífica. Testemunhou entre os camponeses e pela observação da Natureza, a força da ajuda mútua como forma virtuosa e primorosa de sobrevivência e realização. Percorreu 50 mil milhas pelo Oriente, façanha que legou uma enorme reputação posterior como geógrafo brilhante, além de ter acompanhado de perto o problema da cruel violência dos cárceres do tsarismo. Descontente com o regime do tsar, juntamente com seu irmão pediu baixa da carreira militar após seu período na Sibéria, passando o resto de sua vida entre estudos científicos e atividades revolucionárias.

Em sua militância política, definiu que o Estado, sob qualquer forma, é apenas uma abstração nociva para o ser humano. É um erro confundir Estado com sociedade, engano que resultaria numa ideia de que os anarquistas querem destruir a sociedade e “de predicar la vuelta a la guerra permanente de todos contra todos” (KROPOTKIN, 1977, p. 133). A ideia de “guerra permanente de todos contra todos” é rebatida por Kropotkin por seus estudos sobre a ajuda mútua como fator de evolução em contraposição ao darwinismo social até então reinante. Para ele, pensar assim é ignorar que vivemos milhares de anos antes de conhecer a forma centralizadora e despótica do Estado.

De qualquer maneira, o Estado possui origem recente – comparado com a história da humanidade, tal qual conhecemos hoje. Como poder político e militar, bem como justiça governamental moderna, a igreja e o capitalismo são instituições indivisíveis. Na história essas quatro instituições têm se desenvolvido apoiando-se e reforçando-se reciprocamente. Estão ligadas e vinculam-se através de relações de causa e efeito.

O Estado moderno apareceu sob as ruínas das cidades e comunas livres, forçando o êxodo para as cidades e deixando um rastro de sangue pelo massacre de dezena de milhares de camponeses. Em síntese, uma sociedade de proteção recíproca estabelecida entre o proprietário da terra, o militar, o juiz e o sacerdote, para assegurar a cada um deles a autoridade sobre o povo e a exploração da pobreza. A crítica radical de Kropotkin ganha força ao condenar a abolição do capitalismo com a ajuda do Estado, como proposto pelos socialistas alinhados em torno de Karl Marx. Seria tão errôneo quanto imaginar sua abolição pela igreja ou o “cesarismo”. Uma nova forma de organização econômica demandaria uma nova forma de organização política. Para o autor, o caminho para isso poderia ser realizado bruscamente por uma revolução ou lentamente por uma evolução gradual, modificando o campo econômico e político.

\*\*\*

Kropotkin foi um dos primeiros teóricos a fundamentar o comunismo anarquista. Salientamos que em suas bases e seus princípios essa teoria difere do comunismo estatista. Para o autor, existe uma “incompatibilidade de revolução e governo, por não ter entrevisto que um – sob qualquer forma que ele se apresente – é sempre a negação do outro”. (KROPOTKIN, 2005, p. 190).

O Comunismo Anarquista, idealizado pelo russo Kropotkin, se baseia em uma organização fundada na ajuda mútua e na liberdade do indivíduo, usurpada pelo Estado autoritário. Representa uma ruptura com o capitalismo e suas contradições. Tendência de resolução local dos problemas econômicos e sociais legando autonomia para a iniciativa e ciências populares. A única confiança depositada para os caminhos a se seguir durante a revolução, é incentivar as iniciativas populares. Por isso, um governo centralizador serve apenas para minar os efeitos da revolução e a iniciativa popular. Um governo centralizado não teria como resolver todos os problemas que nascem no decorrer da revolução e da própria vida popular.

A temática anarquista é alvo de diversas confusões. Facilmente seria possível encontrar definições deturpadas nos principais dicionários. Geralmente, encontramos conceituações relacionadas com um estado de confusão:

Censuram-nos, com frequência, por ter aceito como divisa esta palavra: anarquia, que faz tanto medo a muitos espíritos. ‘Vossas idéias são excelentes – dizem-nos – mas confessai que o nome de vosso partido é de uma escolha infeliz’. Anarquia, na linguagem corrente, é sinônimo de desordem, caos; esta palavra desperta no espírito a idéia de interesses que se entrechocam, de indivíduos que fazem guerra entre si, que não podem conseguir estabelecer a harmonia. (KROPOTKIN, 2005, p. 85).

Etimologicamente, então, “an-arquia”, de origem grega, é ausência de autoridade. Kropotkin explica que o termo anarquista era utilizado, a priori,

como tentativa dos adversários dos anarquistas<sup>1</sup> para causar confusão nos partidários do socialismo “antiautoritário”<sup>2</sup>. Foi uma tentativa falaciosa de afirmar que os “antiautoritários” queriam propagar “a desordem e o caos, sem pensar no resultado” (KROPOTKIN, 2005). Os partidários anarquistas rapidamente aceitaram o nome que lhes davam. Primeiramente, utilizavam a palavra an-arquia, com sentido explicado acima, mas logo deixariam de utilizar o hífen, pois aceitaram o termo usado pelos opositores “sem dar trabalho inútil aos revisores gráficos nem lição de grego a seus leitores”. Assim, o termo começou a ser utilizado amplamente pelos continuadores do socialismo antiautoritário, sem medo de cair em enganos – apesar da propaganda depreciadora. Élisée Reclus, geógrafo e amigo íntimo de Kropotkin, ao tratar do tema relata o seguinte:

[...] o nosso fim é chegar àquele estado de perfeição ideal no qual as nações não terão mais necessidade de estar sob a tutela de um governo ou de uma outra nação; e a ausência de governo é a ANARQUIA, A MAIS ELEVADA EXPRESSÃO DA ORDEM. Aqueles que não pensam que a terra deva um dia livrar-se de toda tutela não crêem no progresso, são reacionários. (RECLUS, 2002, p.12).

O termo seria “resumindo, a negação de tudo o que a civilização burguesa cerca hoje de veneração.” (KROPOTKIN, 2005). Diante disso, sabe-se que existem diferentes anarquismos reivindicados por seus militantes. Chega

---

<sup>1</sup> Mintz (2006) diferencia o termo anarquista e libertário. Para ele, anarquista significa dizer o militante ativo da Anarquia. Libertário pode ser entendido como simpatizante das ideias anarquistas, porém não é militante do Anarquismo.

<sup>2</sup> Como eram chamados os partidários de Bakunin no seio da Primeira Internacional dos Trabalhadores. O termo “antiautoritário” se deve pela contraposição de métodos que eles tinham em relação aos chamados socialistas estatistas (autoritários) alinhados em torno de Karl Marx.

a ser consenso entre os militantes que o anarquismo está fundado na necessidade prática de ação dos anarquistas. Algumas correntes negam a existência de um anarquismo social, pois entendem que seria uma redundância usar o termo “social”. A prática e a teoria aparecem como fundamentais para manter-se em movimento o próprio anarquismo, que consiste em práticas do aqui e agora para criação de uma contra-sociedade libertária, dentro da própria sociedade burguesa.

O movimento trata de criar espaço com práticas que irão orientar um caminho para a futura sociedade sem classes e governo. Uma maneira de proceder para unificar esses diversos elementos é definir o anarquismo não como uma ideologia (isto é, um sistema de interpretação do mundo de pretensão total da qual decorre uma doutrina social determinada), mas como uma metodologia (quer dizer, uma reflexão geral quanto ao fim e aos meios resultando num método de ação). Proceder assim tem por objetivo ressaltar e extrair o que constitui a força, a vitalidade e a pertinência atual da ideia anarquista (XAVIER, 2002).

Assim, a substituição do Estado autoritário por alguma forma de cooperação não governamental entre indivíduos livremente associados, pode ser eficazmente realizado pelo aprofundamento da teoria social do anarquismo revolucionário. Nesta história, Kropotkin demonstra que muito além da competição selvagem propagada pela ordem patriarcal, militar e europeia, os instintos de dominação de minorias autoritárias e sociedades secretas de iniciados se exerceram grande influência na história para o sufocamento ideológico da ajuda mútua, serão superados pela necessária ação revolucionária de libertação dos povos.

\*\*\*

Com a leitura da obra “As Prisões”, aprendemos que o Direito penal é uma invenção que sustenta e se alimenta de problemas desde sua origem moderna: a violência, reincidência, superlotação e péssimas condições. Isto é, a justiça criminal e as prisões não são universais e eternas, pois são instrumentos de dominação de classe com origem histórica e, como sabemos no caso brasileiro, de bases racistas e coloniais. É evidente que esta obra clássica lança bases e pistas que precisam ser aprofundadas e atualizadas para os desafios enfrentados neste início de século obscuro. Porém, para superar as causas, efeitos e consequências do avanço do Estado-penal, Kropotkin há mais de 134 anos legou a fundamental lição de que a única reforma possível nas prisões é sua própria abolição.

A compreensão sobre o sistema prisional precisa ser feita além dos efeitos de dominação de classe do dispositivo carcerário, considerando o racismo como parte constituinte do nascimento das prisões no Brasil. O autor destaca as prisões afetam os laços sociais da pessoa privada de liberdade, impactando inclusive as mulheres e filhos das comunidades alvos da criminalização. Essa pista é importante para definirmos o caráter sexista das prisões, e a questão da mulher no cárcere precisa estar no centro de nossas preocupações diante de um cenário preocupante nos últimos anos, tendo em vista o aumento vertiginoso de mulheres presas pelos crimes do proibicionismo, notadamente a lei de drogas, promovendo um massacre social de efeitos perversos pela situação de abandono em que vivem as mulheres privadas de liberdade. Como afirmamos, as comunidades negras são as mais atingidas por essa seletividade penal.

Outro ponto importante desvelado por Kropotkin, a violência do Direito Penal e do cárcere, sobre a justificativa de punir os atos antissociais,

resulta em efeito moral na pessoa privada de liberdade de um sentimento de injustiça e indignação. No caso brasileiro, a farsante democracia, em nome da lei e da ordem, tortura, mata e torna legítima o uso de castigos nas instituições carcerárias. E o avanço da extrema direita, chamada cinicamente de direita “conservadora”, utiliza-se do medo social do aumento dos índices de violência, propõe a execução e violência como forma de esconder os graves problemas sociais enfrentados pelo povo.

Por isso, é tarefa urgente tomar conhecimento sobre a situação real das prisões e divulgar o abolicionismo penal como instrumento de combate à farsa do punitivismo, que criou as condições para a centralidade das prisões na máquina estatal genocida dos povos negros e periféricos. O convite à leitura desta obra, certamente, nos permite refletir sobre as possibilidades radicais do abolicionismo penal e de uma sociedade emancipatória.

Finalmente, nos restar dizer que Kropotkin foi um dos grandes pensadores da humanidade com trajetória que inspira por sua dedicação ao ideal da emancipação integral. A pertinência de seu pensamento reside na consistente refutação das bases autoritárias e perversas da dominação das elites capitalistas e estatistas, reconhecendo a criatividade e capacidade do povo em viver de modo livre e com bem-estar com a Natureza. Sem muros e sem prisões.

Na atualidade, a barbárie promovida pela extrema direita no Brasil, ao propor a livre contaminação para uma suposta imunidade de rebanho na pandemia da Covid-19, promovendo um verdadeiro genocídio em nome da economia capitalista, reafirma a necessidade da crítica radical aos seus mecanismos de dominação e violência contra o povo. Assim, conhecer as artimanhas das elites que utilizam a desculpa do “combate ao crime organizado”, atualizando a perseguição às classes “perigosas” e fantasmas do

nosso tempo, voltando-se seus típicos governos de terror para negros, indígenas e pobres. É pouco exagerado concluir que as prisões brasileiras são as senzalas modernas.

**Italo Lima – Sociólogo e Militante Abolicionista**

## Referências

KROPOTKIN, Piotr. **Obras. Barcelona:** Editorial Anagrama, 1977.

KROPOTKIN, Piotr. **Palavras de um revoltado.** Coleção Biblioteca Libertária. São Paulo: Editora Imaginário, 2005.

RECLUS, Élisée. **A evolução, a revolução e o ideal anarquista.** Tradução de Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Editora Imaginário, 2002.

XAVIER. **O Anarquismo: uma ideologia ou uma metodologia?** Revista libertários, São Paulo, n.1, p. 11-14, jul./out. 2002.

# INFLUÊNCIA MORAL DAS PRISÕES SOBRE OS PRISIONEIRO

Piotr Kropotkin

Cidadãos e cidadãs,

A questão que me proponho a tratar está noite é uma das mais importantes na série das grandes questões que a humanidade enfrenta no século XIX. Após a questão econômica, após a questão do Estado, talvez seja a mais importante de todas. Na realidade, uma vez que a distribuição da justiça foi o principal instrumento na constituição de todos os poderes, uma vez que é a própria base e o fundamento mais sólido dos poderes constituídos, não vou exagerar se disser que a questão de saber *o que deve ser feito com os que cometem atos antissociais* contém em si a grande questão do governo e do Estado.

Tem-se dito frequentemente que a principal função de qualquer organização política é garantir doze jurados imparciais a todo cidadão que é denunciado por outros cidadãos por qualquer razão. Mas falta saber *que direitos devemos reconhecer a esses dez, doze, ou cem jurados, sobre o cidadão que eles consideram culpado de um ato antissocial e prejudicial contra os seus semelhantes?*

Esta questão resolve-se atualmente da maneira mais simples. Respondem-nos: *Castigarão! Sentenciarão à morte, a trabalhos forçados ou ao presídio!* E é isto o que se faz. Ou seja, em nosso doloroso desenvolvimento, nesta marcha da humanidade através do preconceito e falsas ideias, chegamos a esse ponto. Mas chegou também a hora de perguntar: *A morte é justa, a prisão é justa? Conseguem-se com isso alcançar o duplo objetivo que pretendem alcançar: impedir que o ato antissocial se repita e tornar melhor o homem que se tornou culpado de um ato de violência contra seu*

*semelhante? E, para concluir, o que significa a palavra culpado, tão frequentemente utilizada, sem até o momento haver nenhuma tentativa para dizer em que consiste a culpabilidade?*

A todas essas perguntas proponho-me a responder; dar um esboço de uma resposta, melhor dizendo, no curto espaço de uma noite. Grandes são estas questões, que guardam em si a felicidade, não só das centenas de milhares de detentos que neste momento gemem em nossos cárceres e presídios; o destino, não só das mulheres e crianças que choram na miséria desde que o *chefe da família* foi preso em uma cela, mas também a felicidade e o destino de toda a humanidade. Toda injustiça cometida contra o indivíduo é, em última instância, sentida por toda a humanidade.

## I

Cento e cinquenta mil seres, mulheres e homens, são anualmente trancados nas prisões da França; muitos milhões nas da Europa.

A França gasta enormes quantidades para sustentar esses edifícios, e não menos para lubrificar as diversas peças dessa máquina pesada – polícia e magistratura – encarregadas de povoar suas prisões. E, como o dinheiro não sai apenas dos cofres do Estado, mas cada moeda de ouro representa o pesado trabalho de um trabalhador, segue-se que, a cada ano, o produto de milhões de horas de trabalho é usado para manter as prisões.

Mas quem, além de alguns filantropos e dois ou três administradores, está atualmente preocupado com os resultados que estão sendo alcançados? Tudo é falado na imprensa, que, no entanto, quase nunca lida com nada que diga respeito às prisões. Se alguma vez fala delas, não é senão a consequência das revelações mais ou menos escandalosas. Em tais casos, durante quinze dias, há gritos contra a administração, pedidos de novas leis que vão aumentar o número, nada baixo, de leis vigentes, e, passado um tempo, tudo permanece igual – se não mudar para pior.

Quanto à atitude regular da sociedade e da imprensa em relação aos presos, não passa da mais completa indiferença: enquanto eles tiverem pão para comer, água para beber e trabalho, muito trabalho, tudo está bem. Indiferença completa, quando não, ódio. Porque todos nós nos lembramos do que a imprensa disse não há muito tempo, por motivo de algumas melhorias feitas no regime das prisões.

*É demais para os trapaceiros, se lia nos jornais que estavam sendo empurrados por aí. Nunca serão tratados tão mal como merecem.*

Pois bem, cidadãos: tendo tido a oportunidade de conhecer duas prisões da França e alguma da Rússia; tendo sido obrigado pelas circunstâncias da minha vida, a estudar com certo detalhe as questões prisionais, creio que é meu dever dizer ao mundo o que são as prisões hoje, bem como relatar minhas observações e expor as reflexões que essas observações me sugeriram.

Dito isto, vou abordar a grande questão. Em primeiro lugar, em que consiste o regime das prisões francesas?

Sabe-se que há três grandes categorias de prisões: a Departamental, a Casa Central e a Nova Caledônia.

No que diz respeito à Nova Caledônia, os dados que temos a respeito dessas ilhas são tão contraditórios e tão incompletos, que é impossível formar uma ideia justa do que é lá o regime dos trabalhos forçados.

Quanto às prisões departamentais; aquela que nos vimos obrigados a conhecer, em Lion, está em tão mau estado, que quanto menos se falar sobre ela, melhor. Em outro lugar eu disse em que estado a encontrei, delineando ao mesmo tempo a influência desastrosa que ela exerce sobre as criaturas que ali estão aprisionadas. Esses infelizes são condenados, por causa do regime ao qual foram submetidos, para rastejar toda a vida por cárceres e presídios e morrer em uma ilha do Pacífico.

Portanto, não direi mais nada sobre a prisão departamental de Lion, e passarei à Casa Central de Clairvaux, tanto mais quanto que, com a prisão militar de Brest, é o melhor edifício que a França tem, e, a julgar pelo que se conhece sobre as prisões nos demais países, é um dos melhores cárceres da Europa. Vejamos, então, o que é uma das melhores prisões modernas; julgaremos as outras com mais precisão. Advertimos que a vimos nas melhores condições: pouco antes de eu chegar, um dos detentos havia sido morto em sua cela pelos

carcereiros, e toda a administração havia sido mudada; e com franqueza devo dizer que a nova administração não tinha de modo algum aquele caráter encontrado em outros presídios: o de tentar tornar a vida do detido a mais dolorosa possível. É também a única prisão grande da França que não teve uma rebelião depois das rebeliões de dois anos atrás.

Quando o ser humano se aproxima da imensa muralha circular, que percorre as encostas das colinas ao longo de quatro quilômetros de extensão, acreditaria estar, em vez de frente a uma prisão, em uma pequena população fabril. Chaminés, quatro delas muito grandes, fumegantes, máquinas a vapor, uma ou duas turbinas e o ruído rítmico dos mecanismos em movimento; aqui está o que se vê e ouve no momento. Isto consiste no fato de que, para prover ocupação para mil e quatrocentos detidos, foi necessário montar ali uma imensa fábrica de camas de ferro, inúmeras oficinas onde se trabalha a seda e o brocado de classe, tecido grosseiro para muitas outras prisões francesas, panos, roupas e calçados para os detidos; há também uma fábrica de medidores e molduras, outra de gás, outra de botões e todo tipo de objetos de madrepérola, moinhos de trigo e centeio e assim por diante. Uma imensa horta e extensos campos de aveia são cultivados entre essas construções e, de tempo em tempo, sai uma brigada daquela população penal, umas vezes para cortar lenha no bosque, outras para consertar um canal.

Este é o imenso investimento dos fundos e a variedade de ofícios que tiveram que ser introduzidos para proporcionar trabalho útil para mil e quatrocentos homens.

O Estado sendo incapaz de investir quantias tão grandes de dinheiro e de colocar o que os produzem de forma rentável, evidentemente, teve de recorrer

a contratistas, a quem entrega o trabalho dos detentos a preços muito mais baixos do que o feito fora da prisão.

De fato, o salário de Clairvaux é de apenas cinquenta centavos e de um franco. Enquanto na fábrica de berços um homem pode ganhar até dois francos, muitos detentos não ganham senão setenta centavos por jornada de doze horas e as vezes apenas cinquenta centavos. Desse valor, o Estado se apropria de uma parte muito notável, e o resto é dividido em dois, uma das partes é entregue ao preso para que compre na cantina algum alimento; o resto lhe é entregue quando ele sai da prisão.

Os presos passam a maior parte do dia nas oficinas, exceto por uma hora na escola, e quarenta e cinco minutos de caminhada, em fila, aos gritos de *um! dois!* dos carcereiros, uma distração conhecida como *cordão de linguças*. O domingo é passado nos pátios, se o tempo estiver bom, e nas oficinas, quando o tempo não permite sair ao ar livre.

Acrescentemos ainda que a Casa Central de Clairvaux estava organizada sob o sistema de silêncio absoluto, um sistema tão contrário à natureza humana que não poderia ser mantido senão pela força de punições. Assim, durante os três anos que passei em Clairvaux, foi caindo em desuso. Foi abandonado pouco a pouco, sempre que as conversas na oficina ou na caminhada não fossem muito calorosas.

Muito poderia ser dito sobre esta prisão provisional e de correção; porém as palavras que lhe dedicamos são suficientes para dar uma ideia geral do que ela é.

Quanto às prisões de outros países europeus, basta dizer que não são melhores que a de Clairvaux. Nas prisões inglesas, pelo que sei delas, graças à literatura, aos informes oficiais e às memórias, devo dizer que mantiveram

certos costumes que felizmente foram abolidos na França. O tratamento nesta nação é mais humano, e o *treadmill*, a roda em que o prisioneiro inglês caminha como um esquilo, não existe na França. Por outro lado, o castigo francês, que consiste em fazer o prisioneiro andar meses, pelo seu caráter degradante, o prolongamento excessivo da punição, e à arbitrariedade com que é aplicado, é uma contrapartida digna do castigo corporal que ainda encontramos na Inglaterra.

As prisões alemãs têm um caráter severo que as torna excessivamente dolorosas, e às prisões austríacas e russas estão em um estado ainda mais deplorável.

Podemos, portanto, pegar a Casa Central da França como um bom representante da prisão moderna.

Este, em poucas palavras, é o sistema de organização das prisões consideradas como as melhores, neste momento. Vejamos agora quais são os resultados obtidos por essas organizações excessivamente caras?

Para esta pergunta, não há duas respostas a serem dadas. Todos, mesmo a própria administração, estão de acordo, de que estes resultados são os mais lamentáveis.

\*\*\*

O homem que esteve na prisão, voltará para ela. É certo, é inevitável e os números o demonstram. Os *informes annais da administração da justiça criminal da França* nos dizem que aproximadamente a metade dos homens julgados pelo *Tribunal Supremo* e dois quintos dos sentenciados pela polícia correcional receberam a sua educação na prisão: estes são os reincidentes. Quase a metade (de 42 a 45%) dos julgados por homicídio e três quartos (de 70 a 72%) dos condenados por roubo são reincidentes. 70.000 homens são presos anualmente

só na França. Quanto às prisões centrais, mais de um terço (de 20 a 40%) dos detentos colocados em liberdade por essas mal denominadas, instituições correcionais voltam para a prisão dentro de doze meses após sua primeira libertação. É tão comum que em Clairvaux se ouvia os carcereiros dizendo: *É muito estranho que fulano ainda não voltou. Ele teve tempo de se mudar para outro distrito judicial?* E há nas casas centrais presos idosos que, tendo conseguido um bom lugar no hospital ou na oficina, imploram, ao sair da prisão, para ter esse lugar reservado para seu próximo retorno. Estes pobres idosos estão certos de que logo voltarão.

Por outro lado, os que têm estudado e conhecem essas coisas (citarei como exemplo, o doutor Lombroso) afirmam que, se se levasse em conta os que morrem assim que são libertados da prisão, aqueles que mudam de nome, ou emigram, ou conseguem se esconder depois de haver cometido um novo ato que não está de acordo com as leis vigentes; se tudo isso fosse levado em consideração, seríamos forçados a nos perguntar se *todos* os detentos libertados não incorrem em reincidência.

Eis o que se consegue com as prisões.

Porém, isso não é tudo. O fato pelo qual um homem retorna à prisão é sempre mais grave do que o crime que ele cometeu da primeira vez. Se ele foi preso pela primeira vez por um pequeno roubo, ele voltará por um grande roubo. Se ele foi preso pela primeira vez por um ato de violência, frequentemente ele voltará como um assassino. Todos os escritores criminalistas estão de acordo com isso.

A reincidência tornou-se um enorme problema para a Europa, um problema que a França quis resolver recentemente, enviando todos os reincidentes para curtir a febre de Caiena. Por outro lado, o extermínio já

começava no caminho. Todos leram que, há três dias, onze reincidentes foram *abatidos pelas armas* a bordo do navio que os levava da França; ato de selvageria que será levado em conta quando o capitão do navio for nomeado diretor da colônia de Caiena.

Pois bem, apesar das reformas introduzidas, apesar dos sistemas prisionais postos à prova, o resultado sempre tem sido o mesmo. Por um lado, o número de atos contrários às leis existentes não aumenta e nem diminui, *independente do sistema de penas infringidas*. Foi abolido o *kenut* russo e a pena de morte na Itália, e o número de assassinatos segue sendo o mesmo. Aumenta ou diminui a crueldade dos que estão no poder, muda a crueldade ou o jesuitismo dos sistemas prisionais, porém o número dos atos, mal denominado de crimes, permanece inalterado. Ele só é afetado por outras causas, sobre as quais vou falar agora.

E por outro lado, quaisquer que sejam as mudanças introduzidas no regime prisional, a reincidência não diminui, o que é inevitável, o que deve ser assim; a prisão mata no homem todas as qualidades que o tornam mais adequado para a vida em sociedade. Convertendo-o em um ser que, fatalmente, deverá voltar para a prisão, e que morrerá em uma dessas tumbas de pedras em que está escrito *Casa de Correção*, e que os próprios carcereiros chamam de *Casa de Corrupção*.

Se me perguntassem: *o que se pode fazer para melhorar o regime penitenciário?* Nada! – eu responderia – porque não é possível melhorar uma prisão. Exceto por algumas pequenas melhorias sem importância, não há absolutamente nada a fazer, senão demoli-las.

Para acabar com o asqueroso contrabando de tabaco, eu poderia propor que os detidos fossem autorizados a fumar: a Alemanha já o fez; e não incomoda

que o tenha feito: o Estado vende tabaco na cantina. Mas, depois do contrabando do tabaco, viria o de álcool. E tudo conduziria ao mesmo resultado: a exploração dos prisioneiros pelos encarregados em vigiá-los.

Eu poderia propor que na frente de cada prisão houvesse um Pestalozzi (me refiro ao grande pedagogo suíço que acolheu crianças abandonadas e fez delas bons cidadãos), e também que no lugar dos guardas, ex-soldados e ex-policiais, quase todos, se colocassem sessenta ou mais Pestalozzi. Mas me responderiam: *Onde encontrá-los?* E teriam razão: porque o grande pedagogo suíço não haveria aceitado a posição de carcereiro; e diria: – *O princípio de toda prisão é falso, uma vez que a privação da liberdade é. Enquanto se privar o homem da liberdade, não conseguirá torná-lo melhor. Colher-se-á a reincidência.*

E é isso que vou demonstrar agora.

## II

Há, antes de tudo, um fato constante, um fato que já é, em si mesmo, a condenação de todo o nosso sistema judicial: nenhum dos presos reconhece que a pena que lhes foi aplicada é justa.

Fale com um detento por furto, e lhe pergunte sobre a sua condenação. Ele lhe dirá: *Cavalheiro, os pequenos ladrões estão aqui, os grandes vivem livres, gozam do apreço do público.* E o que você atreveria a responder-lhe, você que conhece as grandes empresas financeiras fundadas expressamente para engolir até as moedas de cobre economizadas pelos porteiros, e para permitir que os fundadores, retirando-se a tempo, lancem legalmente o seu gancho afiado sobre as pequenas fortunas que encontram ao seu alcance? Conhecemos essas grandes empresas acionistas, suas circulares enganosas, suas fraudes.... Como, responder então, ao prisioneiro, se não dizendo que ele está certo?

Fale agora com aquele outro, que está preso por um grande roubo. Ele lhe dirá: *Eu não fui suficientemente habilidoso; esse é o meu crime.* E o que você deve responder-lhe, você que sabe como se rouba nas altas esferas, e como, depois de escândalos indescritíveis, de que tanto se tem falado nesses últimos tempos, você vê que aos grandes ladrões é concedido um privilégio de inculpabilidade? Quantas vezes não ouvimos dizer na prisão: *Os grandes ladrões não somos nós; são os que nos têm aqui!* E quem se atreverá dizer o contrário?

Quando se conhece as incríveis fraudes que são cometidas no mundo dos grandes negócios financeiros; quando se sabe de que modo íntimo a enganação está ligada a todo esse mundo da indústria; quando se vê que nem mesmo os medicamentos escapam das falsificações mais ignóbeis; quando se sabe que a sede de riqueza, por todos os meios possíveis, forma a própria essência da

sociedade burguesa atual; e quando se têm investigado toda essa imensa quantidade de transações duvidosas, que são colocadas entre as transações *burguesas* honestas e as que são credores da Correccional; quando tudo isso é investigado, chega-se a dizer, como disse certo preso, que as prisões foram feitas para os descuidados – não para os criminosos.

Mas então, por que você afirma moralizar aqueles que você coloca na prisão?

\*\*\*

Este é o exemplo externo. Quanto ao exemplo dado na prisão, seria inútil falar longamente sobre o assunto; já se sabe o que é. Falei sobre ele em outro lugar e meu artigo foi reproduzido por toda a imprensa. A filosofia de todas as prisões, de São Francisco a Kamchatka, é sempre está: *Os grandes ladrões não somos nós; são os que nos têm aqui!* Um fato, por outro lado, será suficiente como um retrato dos costumes; falaremos do tráfico de tabaco. Sabe-se que é proibido fumar em todas as prisões francesas. E, no entanto, fuma aquele que quer e pode; só que esta mercadoria preciosa, que primeiro é mastigada, depois fumada e absorvida como rapé em forma de cinzas, é vendida pelo preço de quatro soldos o cigarro e a cinco francos o pacote de dez soldos. E quem vende esse tabaco para os presos? Às vezes os carcereiros, outras os empregadores! Só que a taxa é exorbitante. Aqui, por outro lado, é como a operação é praticada. O detento envia cinquenta francos em nome do carcereiro. O carcereiro guarda metade desta soma e dá o resto ao interessado, mas em tabaco, e a preços similares ao citado. O empregador, por sua vez, muitas vezes paga o trabalho em cigarros. E note bem que não é só na França que isso acontece. A taxa na prisão de Milbank, na Inglaterra, é absolutamente a mesma: às vezes se paga mais. Trata-se de um acordo internacional.

Advirto que, pela minha parte, não dou grande importância a estes fatos. Suponhamos que seja permitido aos detentos se associar para comprar alimentos, o que é feito na Rússia, e que a administração não pode lhes roubar nada. Suponhamos que o tráfico de tabaco desapareça e que seja vendido a todos na cantina. A prisão não deixará por isso de ser prisão, e não deixará de exercer a sua influência deletéria.

As causas dessa influência são muito mais profundas.

\*\*\*

Todos conhecem a influência deletéria da ociosidade. O trabalho eleva o homem. Mas há trabalho e trabalho. Há o do ser livre, que lhe permite sentir-se uma parte do imenso todo do universo. E há o trabalho obrigatório do escravo, que degrada o ser humano; trabalho feito com desgosto e apenas por medo do aumento da pena. E esse é o trabalho da prisão. Não estou falando do moinho disciplinar inglês, no qual o homem tem que andar como um esquilo sobre uma roda, ou de outros trabalhos (tormentos) do gênero. Isso não é outra coisa que uma vil vingança da sociedade. Enquanto toda a humanidade trabalha para viver, o homem que é forçado a fazer um trabalho que não lhe serve para nada, se sente fora da lei. E se mais tarde ele tratar a sociedade como estando fora da lei, não acusemos ninguém além de nós mesmos.

As coisas não são mais belas quando se leva em consideração o trabalho útil das prisões. Eu já disse por qual salário irrisório trabalha ali o trabalhador. Nessas condições, o trabalho, que por si não tem nenhuma atração, porque não faz funcionar as faculdades mentais do trabalhador, é tão mal pago, que chega a ser considerado um castigo. Quando meus amigos anarquistas de Clairvaux faziam espartilhos ou botões de madrepérola, e ganhavam sessenta centimos em dez horas de trabalho (sessenta centimos que se converte em trinta depois

que o Estado se apropria de sua parte), compreendiam muito bem o descontentamento que tal trabalho haveria de inspirar em um homem condenado a fazê-lo. Que prazer pode ser encontrado em tal trabalho? Que efeito moralizador pode exercer esse trabalho, quando o preso repete continuamente para si mesmo que trabalha apenas para enriquecer um patrão? Quando, no final da semana, recebe uma peseta e sessenta cêntimos, ele exclama, e com razão: *Definitivamente, os verdadeiros ladrões não somos nós; são os que nos têm aqui.*

Ainda mais, nossos companheiros não foram obrigados a trabalhar; e às vezes, por um trabalho assíduo recebiam vinte soldos. E agiram de tal modo porque a necessidade os impulsionava a fazê-lo. Aqueles que eram casados, com o dinheiro que tinham, mantinham correspondências com suas esposas. A corrente que ligava a casa com a prisão não estava quebrada, e os que não eram casados e não tinham uma mãe para sustentar, sentiam uma paixão: a do estudo; e trabalhavam com a esperança de poder comprar, no final do mês, o livro desejado. Porque onde, se não na prisão, o trabalhador pode estudar?

Tinham uma paixão. Mas, que paixão pode experimentar um prisioneiro de direito comum, privado de qualquer laço que poderia cativá-lo para a vida exterior? Por um refinamento de crueldade, aqueles que imaginaram nossas prisões fizeram tudo o que puderam para cortar todas as relações entre o prisioneiro e a cidade. Na Inglaterra, a mulher e os filhos não podem vê-lo mais que uma vez a cada três meses, e as cartas que eles têm de escrever inspiram risos. Os filantropos desprezaram a natureza ao ponto de não permitirem que o detido assinasse a não ser aos pés de uma circular impressa.

Nas prisões francesas, as visitas de familiares não são tão severamente limitadas, e nas prisões centrais o diretor está até autorizado a permitir, em casos

excepcionais, visitas com apenas uma grade ao meio. Entretanto, as prisões centrais estão longe das grandes populações, e são as grandes cidades que fornecem o maior número de detentos. Poucas mulheres dispõem de meios para fazer uma viagem até Clairvaux, para ter algumas curtas conversas com seus esposos.

Assim, a melhor influência que o prisioneiro poderia estar sujeito, a única que poderia trazê-lo de fora um raio de luz, um elemento mais doce da vida, as relações com seus parentes, é-lhe sistematicamente tirada. As prisões antigas eram menos limpas, menos ordenadas que as de hoje; porém eram mais humanas.

Na vida de um prisioneiro, uma vida cinzenta que transcorre sem paixões e sem emoção, os melhores elementos atrofiam rapidamente. Os artesãos que amavam seu ofício perdem seu amor pelo trabalho. A energia física é rapidamente morta na prisão. A energia corporal desaparece pouco a pouco, e não consigo encontrar melhor comparação para o estado do prisioneiro do que a de invernar nas regiões polares. Leiam os relatos das expedições árticas, as antigas, as do bom e velho Peary ou as de Ross. Ao folheá-las, você sentirá uma nota de depressão física e mental pairando sobre todo o relato, tornando-se cada vez mais sombria, até o sol reaparecer no horizonte. Esse é o estado do prisioneiro. O seu cérebro já não tem a energia para uma atenção contínua, o pensamento é menos rápido; em todo caso, menos persistente; perde sua profundidade. Um relatório americano recente observou, não há muito tempo, que enquanto o estudo de idiomas prospera nas prisões, os detentos são incapazes de aprender matemática. E essa é a pura verdade; isso é o que ocorre.

Ao meu entender, esta diminuição da energia nervosa pode ser atribuída à falta de impressões. Na vida cotidiana, mil sons e cores ferem nossos sentidos

diariamente; mil trivialidades chegam ao nosso conhecimento e estimulam a atividade do nosso cérebro. Nada disso existe para o prisioneiro; suas impressões são poucas e sempre iguais. Daí a curiosidade do recluso. Não posso esquecer o interesse com que observei, caminhando pelo pátio da prisão, as variações de cores no cata-vento dourado da fortaleza; suas tonalidades rosadas, ao pôr do sol, suas cores azuladas pela manhã, seu aspecto indiferente nos dias nublados e claros, pela manhã e à tarde, no verão e no inverno. Essa foi uma impressão completamente nova. É provavelmente também a razão pela qual os prisioneiros gostam tanto de ilustrações. Todas as impressões referidas pelo recluso, sejam elas provenientes de suas leituras ou de seus pensamentos, passam através da sua imaginação. E o cérebro, insuficientemente alimentado por um coração menos ativo e sangue empobrecido, fica cansado, se decompõe, perde a sua energia.

\*\*\*

Há outra importante causa da desmoralização nas prisões, que nunca foi suficientemente enfatizada, porque é comum a todas as prisões e inerente ao sistema de privação de liberdade. Todas as transgressões aos princípios de moralidade aceitos podem ser atribuídas à falta de uma vontade firme. Os habitantes da prisão, em sua maioria, são pessoas que não tiveram a firmeza de resistir às tentações que os rodeavam ou de dominar uma paixão que os arrebatou. Bem, na prisão, como no mosteiro, tudo é apropriado para matar a vontade do ser humano. O homem não pode escolher entre duas ações; as poucas ocasiões oferecidas para exercer sua vontade são muito curtas; toda a sua vida foi regulada e ordenada de antemão; ele não tem que fazer nada além de seguir a corrente, obedecer, sob pena de duros castigos. Em tais condições, desaparece toda a vontade que poderia ter antes de entrar na prisão; e onde ele

encontrará forças para resistir às tentações que surgirão perante ele, como que por encanto, quando atravessar aquelas paredes? E onde ele encontrará a força para resistir ao primeiro impulso de um caráter apaixonado, se durante muitos anos fez tudo o que era necessário para matar nele a força interior, para fazer dele uma ferramenta dócil nas mãos dos que o governam?

Este fato é, a meu ver, a mais forte condenação de qualquer sistema baseado na privação da liberdade do indivíduo. A origem da supressão de toda liberdade individual é facilmente encontrada: ela decorre do desejo de manter o maior número de prisioneiros com o menor número de guardiões. O ideal de nossas prisões seria mil autômatos se levantando e trabalhando, comendo e dormindo por meio de correntes elétricas produzidas por um único guarda.

Assim é possível economizar; mas não devemos nos surpreender se os homens reduzidos ao estado de meras máquinas, não sejam, uma vez livres, aqueles de quem a vida em sociedade necessita.

Assim que um prisioneiro é libertado, os seus antigos camaradas estão à sua espera. Recebem-no como irmãos, e de imediato é levado de volta pela corrente que o levou uma vez para a prisão. As sociedades de ajuda humanitária não podem fazer nada contra isso. A única coisa que eles podem fazer é combater a má influência das prisões, matar os seus maus efeitos em alguns dos libertados.

E que contraste entre a recepção dos *antigos companheiros* e a de todos que no mundo se ocupam da filantropia! Para estes jesuítas cristãos e filantropos, os prisioneiros, libertados, são como a peste. Qual deles os convidará para a sua casa e dirá simplesmente: *Aqui está um quarto, aqui está o trabalho, sente-se a esta mesa e faça parte da nossa família!* Eles precisam de um apoio fraterno, só buscam uma mão amiga que se estenda para eles. Mas, depois de ter feito tudo ao seu alcance

para fazer deles inimigos da sociedade, depois de tê-los inoculados os vícios que caracterizam as prisões, são atirados de volta ao riacho, condenados a tornarem-se reincidente.

\*\*\*

Todos nós conhecemos a influência de uma roupa decente. Mesmo um animal teria vergonha de se apresentar aos seus semelhantes se o seu exterior o fizesse parecer ridículo. E os homens começam dando um exterior de louco àquele que pretendem moralizar. Lembro-me de ver em Lyon o efeito produzido sobre os prisioneiros pelos trajes impostos a eles. Os recém-chegados atravessaram o pátio aonde eu estava caminhando para entrar na sala onde se troca de roupa. Quase todos eles eram trabalhadores e estavam malvestidos; mas as suas roupas estavam limpas. E quando saíram com o ignóbil uniforme da prisão, remendado com trapos multicoloridos, uma calça dez centímetros mais curta do que deveria, e com um gorro ruim, pareciam envergonhados de se apresentarem aos outros vestidos assim.

Esta é a primeira impressão do prisioneiro que, enquanto viver, será submetido a um tratamento que mostrará o maior desprezo pelos sentimentos humanos. Em Dartmoor, por exemplo, os detidos são vistos como não tendo o menor sentimento de pudor. São obrigados a fazer fila, completamente nus, diante das autoridades da prisão, e a realizar dessa forma uma série de movimentos de ginástica. *Virem-se! Levantem os braços! A perna direita!* E assim por diante.

Um detento não é um homem capaz de um sentimento de respeito humano. Ele é uma coisa, um simples número; ele será considerado um objeto numerado.

Se ceder ao desejo mais humano de todos, o de comunicar uma impressão ou um pensamento a um companheiro cometerá uma infração da disciplina. E, por mais dócil que seja, acabará cometendo essa infração. Antes de ir para a prisão, poderia lhe causar repugnância a mentira, e o ato de enganar o outro; mas na prisão aprenderá a mentir e a enganar; e chegará o dia em que a mentira e a enganação serão para ele uma segunda natureza.

E miserável é aquele que não se submete se a operação de busca o humilha, o repugna, se mostra o desprezo que o guarda que trafica tabaco lhe inspira, se divide o seu pão com o vizinho, se ainda tem dignidade o suficiente para se irritar com um insulto, se é suficientemente honesto para rebelar-se contra as pequenas intrigas; a prisão será um inferno para ele. Ele será sobrecarregado de trabalho, se não for enviado para apodrecer em uma cela. A mais pequena infração da disciplina, tolerada no hipócrita, fará dele objeto das punições mais duras; ele será insubordinado. E um castigo trará outro. Ele será levado à loucura por meio da perseguição, e poderá se considerar feliz se sair da prisão sem ser no caixão. Vimos em Clairvaux qual é o destino do *insubordinado*. Um camponês, conhecido como tal, apodrecia na cela de punição. Cansado de tal vida, bateu em um vigia. Foi-lhe recomendado que ficasse em Clairvaux. Então ele decidiu se suicidar. E, sem uma arma para isso, ele se matou comendo seus próprios excrementos.

É fácil escrever nos jornais que os vigilantes devem ser vigiados severamente, que os diretores devem ser escolhidos entre as pessoas mais dignas. Nada é tão fácil quanto fazer utopias administrativas. Mas o homem permanecerá homem, tanto o guarda como o detido. E quando os homens são condenados a passar a vida inteira em situações falsas, sofrerão as consequências. O guardião torna-se metuculoso. Em nenhum lugar, exceto nos

monastérios russos, reina um espírito de tão baixa intriga e farsa como entre os guardas das prisões. Obrigados a moverem-se em um meio vulgar, os funcionários são influenciados por ele. Pequenas intrigas, uma palavra pronunciada por fulano, forma o pano de fundo de suas conversas. Os homens são homens, e não é possível dar a um indivíduo um pouco de autoridade sem o corromper. Ele abusará dela, utilizará sem escrúpulos, e fará sentir a sua autoridade ainda mais, quanto mais limitada for a sua esfera de ação. Forçados a viver no meio de um acampamento inimigo, os guardiões não podem ser modelos de atenção e de humanidade. À liga dos detentos, opõem-se a liga dos carcereiros. A instituição faz deles o que são: perseguidores ruins e mesquinhos. Coloque um Pestalozzi em seu lugar (se é que um Pestalozzi aceite a função), e não demorará muito para que ele seja um dos muitos guardiões.

Logo, o ódio pela sociedade invade o coração do detento, que se habitua a odiar aqueles que o oprimem. Ele divide o mundo em duas partes: aquela à qual ele e seus companheiros pertencem, e aquela que representa o mundo exterior, representado pelo diretor, pelos guardas e por outros funcionários. Entre os detentos forma-se uma liga contra os que não vestem roupas de prisioneiro. Esses são seus inimigos, e é bem feito quando se pode fazer e se faz algo para enganá-los. Uma vez livre, o ex-detento põe em prática a sua moral. Antes de ser preso, poderia ter cometido ações más, sem refletir; depois já tem uma filosofia própria, que pode ser resumida nestas palavras de Zola: *Como os homens honestos são maus!*

\*\*\*

Sabemos em que proporções horríveis crescem os atentados ao pudor em todo o mundo. Muitas são as causas que contribuem para este crescimento, mas a influência pestilenta das prisões está em primeiro lugar. A perturbação causada

à sociedade pelo regime de detenção é, neste sentido, mais profunda que por qualquer outro.

É inútil se estender no assunto. No que diz respeito às prisões infantis (a de Lyon, por exemplo), pode-se dizer que dia e noite a vida daqueles infelizes é permeada por uma atmosfera de depravação. O mesmo ocorre com as prisões de adultos. Os fatos que observamos durante o nosso cativeiro excedem o que a imaginação mais depravada poderia conceber. É necessário ter passado muito tempo preso, e ter ouvido as confidências dos outros reclusos, para saber a que estado de espírito um preso pode chegar. Todos os diretores de prisões sabem que as prisões centrais são o berço das mais surpreendentes infrações às leis da natureza. E é um erro grave acreditar que uma completa reclusão do indivíduo no regime de isolamento pode melhorar tal situação. É uma perversão do espírito a causa desses fatos e a cela é o melhor meio para dar essa tendência à imaginação.

### III

Se levarmos em consideração as diversas influências da prisão sobre o prisioneiro, devemos concordar que, uma a uma, e todas juntas ao mesmo tempo, agem de maneira a tornar o homem que se encontra detido há algum tempo cada vez menos adequado para a vida em sociedade. Por outro lado, nenhuma dessas influências atuam no sentido de elevar as faculdades intelectuais e morais do homem, de levá-lo a uma concepção superior da vida, de torná-lo melhor do que ele era quando foi preso.

A prisão não melhora os presos; ao contrário, como vimos, não impede que os denominados crimes sejam cometidos; testemunha são os reincidentes. Não serve, portanto, a nenhum dos fins que se propõe a atingir. Eis a razão da pergunta: *o que fazer com aqueles que não conhecem a lei, não a lei escrita, que não passa de uma triste herança de um passado triste, mas aquela que trata dos princípios de moralidade gravados no coração de todos?*

E essa é a pergunta que nosso século deve responder.

\*\*\*

Houve uma época em que a medicina era a arte de administrar algumas drogas às cegas, descobertas por alguns experimentos. Os doentes que caíam nas mãos dos médicos que administravam aquelas drogas poderiam morrer ou se curar independentemente delas; mas o médico tinha então uma desculpa: ele fazia o que todos os outros faziam. Não se podia exigir que ele superasse os seus contemporâneos.

Mas nosso século, aproveitando questões que antes mal eram discutidas, levou a medicina em outra direção. Ao invés de curar as doenças, a medicina

atual tenta preveni-las. E todos nós conhecemos os imensos resultados obtidos desta forma. A higiene é o melhor dos médicos.

Bem, temos que fazer o mesmo com relação a esse fenômeno social que ainda é chamado crime, mas que nossos filhos chamarão de doença social. Evitar esta doença será a melhor cura. E essa conclusão já se tornou a palavra de ordem de toda uma escola que se ocupou com estas questões.

Esta escola moderna já tem toda uma literatura. Tem suas fileiras os jovens criminalistas italianos: Poletti, Ferri, Colajanni, e, até certo ponto, Lombroso; temos, por outro lado, aquela grande escola de psiquiatras, na qual encontramos Griesinger e Krafft-Ebing na Alemanha, Despine na França e Maudsley na Inglaterra; contamos com sociólogos como Quételet e seus discípulos, infelizmente pouco numerosos, e finalmente, há, de um lado, as escolas modernas de psicologia relativas ao indivíduo, e de outro, as escolas socialistas relativas à sociedade.

Nos trabalhos publicados por estes inovadores, já temos todos os elementos necessários para tomar uma nova posição sobre aqueles que a sociedade decapitou, enforcou ou aprisionou até agora de forma vil.

\*\*\*

Três grandes conjuntos de causas trabalham constantemente para produzir os atos antissociais chamados crimes: as causas sociais, as causas antropológicas e as causas físicas.

Começo com esta última, que é a menos conhecida, e, no entanto, a sua influência é incontestável.

Quando você vê um amigo levar uma carta ao correio, em um envelope não endereçado, você diz a si mesmo que foi um *acidente*; um imprevisto. Pois bem, cidadãos e cidadãos; esses *acidentes*, esses imprevistos, se repetem nas

sociedades humanas com a mesma regularidade que os atos facilmente previsíveis. O número de cartas expedidas sem sinalização é reproduzido com uma regularidade surpreendente de ano para ano. Esse número poderá variar de um ano para o outro. Mas, se for, digamos de mil em uma população de muitos milhões de habitantes, não será dois mil, nem oitocentos, no próximo ano. Permanecerá sempre perto de mil, com variação de algumas dezenas. Os relatórios anuais dos correios de Londres são notáveis a esse respeito. Tudo se repete, até o número de notas de banco jogadas nas caixas de correio, em vez de cartas. Veja que elemento caprichoso o esquecimento! E, no entanto, este elemento está submetido a leis tão rigorosas como as que descobrimos nos movimentos dos planetas.

O mesmo se aplica aos assassinatos cometidos de um ano para o outro. Com as estatísticas dos anos anteriores à vista, é possível prever antecipadamente quantos assassinatos que serão registrados no decorrer do ano seguinte, em qualquer país europeu, com uma precisão surpreendente. E, se levar em consideração as causas perturbadoras, algumas das quais aumentam, enquanto outras diminuem, é possível prever o número de assassinatos que serão cometidos, com a diferença de poucas unidades.

Há alguns anos atrás, em 1884, a *Nature* de Londres publicou um trabalho de S. A. Hill sobre o número de atos de violência e suicídios nas Índias inglesas. Todos sabem que quando está muito calor, e ao mesmo tempo o ar está úmido, o ser humano fica mais *nervoso* do que em qualquer outro momento. Bem, na Índia, onde a temperatura é excessivamente quente no verão, e onde o calor é normalmente acompanhado de grande umidade, a influência enervante da atmosfera é sentida muito mais do que em nossas latitudes. O Sr. Hill pegou os números de atos de violência cometidos, mês a mês, durante uma longa série de

anos, e examinou a influência da temperatura e da umidade por meio desses números. Por um procedimento matemático muito simples, ele desenvolveu uma fórmula que permite a qualquer pessoa prever o número de crimes, simplesmente consultando o termômetro e o higrômetro, o instrumento que mede a umidade. Pegue a temperatura do mês e multiplique por sete, adicione a umidade média ao produto e multiplique a soma por dois; o resultado será o número de assassinatos cometidos no mês. Você pode fazer o mesmo para os suicídios.

Tais cálculos devem parecer muito estranhos para aqueles que ainda estão do lado dos preconceitos legados pelas religiões. Mas para a ciência moderna que sabe que os atos psicológicos dependem absolutamente das causas físicas, tais cálculos não são surpreendentes nem duvidosos. Por outro lado, os que conhecem por experiência a influência enervante do calor compreenderão perfeitamente por que o índio, em um calor tropical e úmido, logo puxa a faca para encerrar uma disputa, e por que, quando está descontente com a vida, se apressa a cometer suicídio.

A influência das causas físicas em nossas ações ainda está longe de ser completamente analisada. E, no entanto, é bem conhecido que os atos de violência contra pessoas predominam no verão, enquanto no inverno há mais atos violentos contra a propriedade. Quando se examina as curvas traçadas pelos Dr. E. Ferri, e se vê a dos atos de violência, subindo e descendo com a curva da temperatura, acompanhando-a em todas as suas voltas, sente-se profundamente impressionado com a semelhança das duas curvas, e se compreende até que ponto o homem é uma máquina. O ser humano, que se orgulha de seu livre arbítrio, depende da temperatura, do vento e da chuva, como todo ser orgânico.

É evidente que tais investigações estão cheias de dificuldade. Os efeitos das causas físicas são sempre muito complicados. Assim, quando o número de *delitos* sobe ou desce com a colheita do trigo ou do vinho, as influências físicas atuam apenas indiretamente, através das causas sociais. Mas quem duvidará dessas influências! Quando o tempo está bom e a colheita abundante, quando os moradores estão felizes, sem dúvida se sentirão menos impulsionados a exprimir suas disputas à facadas; enquanto que se o tempo está ruim e a colheita má, o que torna os moradores menos tratáveis, as disputas, sem dúvida, assumirão um caráter mais violento. Parece-me, por outro lado, que as mulheres, que constantemente têm a oportunidade de observar o bom e o mau humor de seus maridos, poderiam dizer-nos algo sobre as relações entre o bom e o meu humor e o bom e o mau tempo.

\*\*\*

As causas fisiológicas, as que dependem da estrutura do cérebro e dos órgãos digestivos, bem como do estado do sistema nervoso do homem, são certamente mais importantes do que as causas físicas. E muito tem sido dito sobre elas nos últimos tempos.

A influência das capacidades herdadas pelo homem de seus pais e de sua organização física sobre seus atos foram, não há muito tempo, objeto de investigações tão profundas, que hoje podemos formar uma ideia bastante justa desse conjunto de causas. É verdade que não podemos aceitar as conclusões da escola italiana de criminologia, que tem tratado destas questões; que não podemos admitir as conclusões do Dr. Lombroso, um dos mais conhecidos representantes da escola, especialmente as alcançadas em sua obra *O aumento da criminalidade*, publicada em 1879. Mas podemos tirar delas os *factos*, reservando-nos o direito de interpretá-los à nossa maneira.

Quando Sr. Lombroso nos demonstra que a maioria dos habitantes de nossas prisões tem algum defeito na organização do cérebro, não podemos fazer nada além de nos curvar a tal afirmação. É um fato; nada mais que um fato. Estamos até dispostos a acreditar, quando ele afirma, que a maioria dos habitantes das prisões tem os braços um pouco mais longos que o resto dos homens. E ainda quando demonstra que os assassinatos mais brutais foram cometidos por indivíduos que tinham algum sério vício na estrutura de seu cérebro, esta é uma afirmação que a observação confirma.

Mas quando o Sr. Lombroso quer deduzir desses fatos conclusões às quais ele não pode conferir autoridade; quando, por exemplo, afirma que a sociedade tem o direito de agir contra os que têm tais defeitos organizacionais, nos recusamos a segui-lo. A sociedade não tem nenhum direito que a permita exterminar aqueles que têm um cérebro doente, nem de reduzir à prisão aqueles cujos braços são um pouco mais longos do que da maioria de nós.

Admitimos de bom grado que aqueles que cometeram atos atrozes, atos daqueles que por instantes perturbam a consciência de toda a humanidade, foram quase idiotas. A cabeça de Frey, por exemplo, que circulou pela imprensa há algum tempo, é uma prova surpreendente do que foi dito. Mas nem todos os idiotas são assassinos. E eu penso que o mais raivoso dos criminosos da escola de Lombroso recuará na execução conjunta de todos os idiotas que há no mundo. Quantos deles estão livres, uns vigiados e outros vigiando! Em quantas famílias, em quantos palácios, sem falar nas casas de cura, encontramos idiotas que oferecem as mesmas características organizacionais que Lombroso considera característicos da *loucura criminal*! Toda a diferença entre estes e os que foram entregues ao carrasco é apenas a diferença nas condições em que viveram. As doenças do cérebro podem certamente favorecer o desenvolvimento de uma

inclinação ao assassinato. Mas isto não é obrigatório. Tudo dependerá das circunstâncias em que o indivíduo que sofre de uma doença cerebral seja colocado. Frey morreu guilhotinado porque toda uma série de circunstâncias lhes impulsionou ao crime. Qualquer outro idiota morrerá cercado por sua família, porque em sua vida nunca foi empurrado para o assassinato.

Recusamo-nos, portanto, aceitar as conclusões de Lombroso e dos seus discípulos. Mas reconhecemos que, ao popularizar esse tipo de pesquisa, prestou um imenso serviço. Pois cada homem inteligente descobre, a partir de fatos que irá acumular, que a maioria daqueles que foram tratados como criminosos, são apenas seres que são afligidos por alguma doença, e que por isso é necessário tentar curá-los, dando-lhes os melhores cuidados, em vez de levá-los para a prisão, onde a sua doença só irá aumentar em gravidade.

Ainda mencionarei as investigações de Maudsley sobre a *responsabilidade na loucura*. Este trabalho está traduzido para o francês. Há também muitas observações a serem feitas aqui a respeito das conclusões do autor; conclusões que não valem os fatos. No entanto, não se pode ler estes trabalhos sem deduzir que a maioria dos que até agora foram condenados por atos de violência era simplesmente indivíduos que sofriam de uma doença cerebral mais ou menos grave; quase todos de anemia do cérebro; não de pletora, como Élisée Reclus me disse há pouco tempo, quando me separei dele para vir a esta conferência. Sim, de anemia, resultante da falta de alimentos. *O louco ideal, criado pela lei*, diz Maudsley, o único que a lei reconhece como irresponsável, não existe, como não existe um *criminoso ideal* que a lei pune. Os dois tocam-se e confundem-se um ao outro! E são esses seres que colocamos na prisão para agravar as suas doenças!

\*\*\*

Até hoje, as instituições penais, tão cara aos legisladores e jacobinos, nada mais são do que um compromisso entre a antiga ideia bíblica de vingança, a ideia da *Idade Média*, que atribuía todas as más ações a uma má vontade, a um demônio, que impulsionava ao crime, e a ideia dos legisladores modernos, a ideia de anular e evitar o que eles chamam de crime por meio da punição.

Mas tenho a certeza de que não está longe o momento em que as ideias que inspiraram Griesinger, Krafft-Ebing e Despine estarão em domínio público; e então teremos vergonha de ter permitido por tanto tempo que os condenados sejam colocados nas mãos do carrasco e nas do carcereiro. Se as obras de consciência desses autores fossem mais conhecidas, todos nós logo entenderíamos que os seres que são condenados à prisão, que são condenados à morte, são seres humanos que precisam de tratamento fraterno.

Oh! Claro, não propomos construir sanatórios em vez de cárceres e presídios. Longe de mim tal ideia! O sanatório é uma nova prisão. Longe de mim a ideia lançada de tempos em tempos pelos filantropos que se propõem a manter a prisão, mas confiando-a a médicos e pedagogos. Os prisioneiros seriam ainda mais infelizes. Eles sairiam dessas casas mais quebrados do que das prisões que conhecemos hoje.

O que os prisioneiros de hoje não encontraram na sociedade atual é simplesmente uma mão fraterna que os ajudou desde a infância a desenvolver as faculdades superiores do coração e da inteligência, faculdades cujo desenvolvimento natural seria dificultado neles ou por um defeito organizacional, – anemia do cérebro ou doença cardíaca; do fígado ou do estômago – ou pelas condições sociais execráveis que atualmente são impostas a milhões de seres humanos. Mas essas faculdades superiores do coração e da inteligência não podem ser exercitadas se o homem for privado da liberdade, se

não puder agir como lhe apraz, se não sofrer as múltiplas influências da sociedade humana.

A prisão pedagógica, a casa de saúde, seriam infinitamente piores do que os cárceres e presídios de hoje. A fraternidade humana e a liberdade são os únicos remédios para as doenças do organismo humano.

A fraternidade humana e a liberdade são os únicos remédios a serem utilizados contra as doenças do organismo humano que conduzem ao que se chama crime.

Ponha esse homem, que cometeu um ato de violência contra um de seus companheiros, de lado. O juiz, aquele maníaco, pervertido pelo estudo do direito romano, toma posse dele e se apressa a condená-lo, e o manda para a prisão. Entretanto, se analisar as causas que levaram o condenado a cometer esse ato de violência, verá (como Griesinger observou) que o ato de violência teve as suas causas, e que estas causas já estavam em ação há muito tempo, muito antes de esse homem ter cometido o ato em questão. Já em sua vida anterior havia uma certa anormalidade nervosa, um excesso de irritabilidade: assim, por uma trivialidade, expressava calorosamente os seus sentimentos, assim que se desesperava por uma pequena tristeza, assim que se enfurecia com o mais pequeno contratempo. Mas essa irritabilidade, por sua vez, era causada por uma doença qualquer: uma doença do cérebro, do coração ou do fígado, muitas vezes herdada de seus pais. E, infelizmente, nunca houve ninguém que desse uma melhor direção à impressionabilidade daquele homem. Em melhores condições, ele poderia ter sido um artista, um poeta ou propagandista zeloso. Porém, sem essas influências, em um meio desfavorável, tornou-se o que se chamamos de criminoso.

Mais do que isso. Se cada um de nós se submetesse a uma análise severa, veria que às vezes, tão rápido quanto um raio, germes de ideias passavam pelo nosso cérebro, que constituíam, no entanto, aquelas mesmas ideias que impelem o homem a cometer atos que ele reconhece como maus dentro de si mesmo. Muitos de nós teremos repudiado essas ideias assim que elas nasceram. Mas, se tivessem encontrado um meio propício nas circunstâncias exteriores; se outras paixões mais sociáveis e ao mesmo tempo belas, como o amor, a compaixão e o espírito de fraternidade, não tivessem estado lá para apagar os vislumbres do pensamento egoísta e brutal, esses relâmpagos, por força da repetição, teriam acabado levando o homem a um ato de brutalidade.

\*\*\*

Hoje os criminalistas gostam muito de falar sobre a criminalidade hereditária; e os fatos citados como prova desta afirmação (por Thompson, em uma revista inglesa de ciência natural, por volta de 1870), são verdadeiramente extraordinários. Mas, vejamos. O que pode ser herdado de pais criminosos?

Poderia ser um pedaço de criminalidade? É um absurdo dizer isso. O que é herdado é uma falta de vontade, uma certa debilidade da parte do cérebro que analisa nossas ações, ou paixões violentas, ou um apego ao que é arriscado, ou uma vaidade mais ou menos excessiva. A vaidade, por exemplo, combinada com o afeto pelo que é arriscado, é um traço muito comum nas prisões. Mas a vaidade tem muitos campos diferentes a explorar. Pode produzir um criminoso como Napoleão ou o assassino Frey. Mas se estiver associada a outras paixões de ordem superior, também pode produzir homens de talento; e, o que é ainda mais importante, a vaidade desaparece sob o exame de uma inteligência bem desenvolvida. Só os tolos são vaidosos.

Quanto ao afeto pelo arriscado, que é um dos traços distintivos daqueles que são julgados por ações más de grande importância, tal afeto, bem dirigido por influências externas, torna-se uma fonte benéfica para a sociedade. Ele leva os homens a viagens distantes, a iniciativas perigosas. Quantos dos que hoje povoam nossas prisões teriam feito grandes descobertas ou explorações perigosas, se seus cérebros, armados de conhecimentos científicos, pudessem ter aberto horizontes mais amplos do que aqueles que se abre para a criança quando ela habita uma de nossas vielas estreitas e recebe por todos os ensinamentos a bagagem inútil de nossas escolas atuais.

O cristianismo tenta sufocar as más paixões. A futura sociedade, Fourier havia previsto, irá usá-las, dando-lhes um vasto campo de atividade.

\*\*\*

Quantas paixões boas não seriam encontradas na atual população dos cárceres e presídios, se as relações fraternas, somente as relações fraternas, as despertassem! O Dr. Campbell, que durante trinta anos foi médico em várias prisões inglesas, nos diz: *Tratando os prisioneiros gentilmente e com tanta consideração como se fossem senhoras delicadas, a ordem mais completa sempre reinará no hospital. Até os prisioneiros mais rudes me surpreenderam com os cuidados que dedicavam aos doentes. Pode-se pensar que seus hábitos desordenados e sua vida desigual os tinham tornados duros e indiferentes. Mas, apesar disso, eles mantiveram um vívido sentimento de bem e mal* e outras pessoas honestas confirmam o que diz o Dr. Campbell.

Mas o segredo disso é muito simples. O enfermeiro do hospital – me refiro ao enfermeiro ocasional que ainda não se tornou de fato funcionário – tem a oportunidade de exercer seus bons sentimentos, tem a oportunidade de se solidarizar, e no hospital goza de uma liberdade desconhecida para os outros

presos. Além disso, aqueles de quem Campbell fala estavam sob a influência daquele excelente homem, e não sob a influência de policiais aposentados.

\*\*\*

Em uma palavra, as causas fisiológicas, das quais tanto falamos nos últimos tempos, não são as que menos contribuem para que o indivíduo seja levado à prisão. Mas estas não são causas da *criminalidade* propriamente dita, como tentam fazer crer os criminalistas da escola de Lombroso.

Estas causas, melhor dizendo, estas condições do cérebro, do coração, do fígado, do sistema cérebro-espinhal, etc., trabalham constantemente em todos nós. A imensa maioria dos seres humanos tem algumas das doenças acima mencionadas, mas essas doenças não levam o homem a cometer um ato antissocial, a menos que circunstâncias externas deem essa reviravolta mórbida ao caráter.

As prisões não curam as doenças fisiológicas; o que elas fazem é piorá-las. E quando um desses doentes sai do cárcere ou do presidio, está ainda menos apto para a vida em sociedade do que quando entrou; está ainda mais inclinado a cometer atos antissociais. Para evitar tal efeito será necessário livrá-lo de todos os danos causados pela prisão; apagar toda a massa de qualidades antissociais que a prisão lhe incutiu. Tudo isso pode ser feito, pelo menos pode ser tentado. Mas, então, por que começar por tornar o homem pior do que ele era, se, com o passar do tempo, será necessário destruir a influência da prisão?

Mas se as causas físicas exercem uma influência tão poderosa em nossos atos, se nossa organização fisiológica é muitas vezes a causa dos atos antissociais que cometemos – quanto mais poderosas são as *causas sociais*, das quais vou falar agora!

Aqueles que os romanos da decadência chamavam de bárbaros tinham um excelente hábito. Cada clã, cada comuna, era responsável perante as demais pelos atos antissociais cometidos por um de seus indivíduos.

Este excelente costume desapareceu, como tantos outros. O individualismo ilimitado substituiu o comunismo da antiguidade franco-saxã. Mas voltaremos a ele. E novamente os espíritos mais inteligentes de nosso século – trabalhadores e pensadores – proclamam em voz alta que toda a sociedade é responsável por todo ato antissocial cometido em seu meio. Temos nossa parcela de glória nos atos e nas reproduções de nossos heróis e gênios. Também a temos nos atos de nossos assassinos. Somos nós que os tornamos o que são.

De ano para ano, milhares de crianças crescem na imundície moral e material de nossas cidades, entre uma população desmoralizada pelo cotidiano, diante da podridão e ociosidade, juntamente com a luxúria que inunda nossas grandes populações.

Eles não sabem o que é a casa de uma mãe: sua casa hoje é um casebre, amanhã a rua. Entram na vida sem conhecer um uso razoável de suas jovens forças. O filho do selvagem aprende a caçar ao lado de seu pai; sua filha aprende a manter a cabana miserável em ordem. Nada disso há para o filho do proletário jogado na calçada. Pela manhã, o pai e a mãe saem do casebre em busca de trabalho. A criança é deixada na rua; não aprende nenhum ofício; e se for à escola, não lhe é ensinado nada de útil.

Não é errado que aqueles que vivem em boas casas, em palácios, gritem contra a embriaguez. Mas eu lhes diria: *Se seus filhos, senhores, crescessem nas circunstâncias que envolvem o filho do pobre, quantos deles não saberiam como deixar a taberna?*

Quando vemos a população infantil das grandes cidades crescerem desta forma, apenas uma coisa nos surpreende: que tão poucas destas crianças se tornem ladrões e assassinos. O que nos surpreende é a profundidade dos sentimentos sociais da humanidade do nosso século, a hombridade do bem que reina no beco mais nojento. Sem isso, o número daqueles que declaram guerra às instituições sociais seria muito maior. Sem essa hombridade do bem, sem essa aversão a violência, não sobraria pedra sobre pedra dos suntuosos palácios de nossas cidades.

E, do outro lado da escala, o que a criança que cresce na rua vê? Um luxo inimaginável, insensato e estúpido. Tudo – essas lojas de luxo, essa literatura que nunca deixa de falar de riqueza e luxo, esse culto do dinheiro – tudo tende a desenvolver a sede de riqueza, o amor ao luxo vaidoso, a paixão de viver à custa dos outros, de destruir o produto do trabalho dos outros.

Quando há bairros inteiros nos quais cada casa lembra que o homem continua sendo um animal, mesmo quando esconde sua animalidade sob um certo aspecto; quando o lema é: *Enriquecer-se! Esmague tudo no seu caminho, busque dinheiro por todos os meios, exceto pelo que leva ao tribunal!* Quando todos, desde o operário até o artesão, ouvem dizer todos os dias que o ideal é fazer os outros trabalharem e passar a vida folgando; quando o trabalho manual é tão desprezado que os nossos líderes preferem fazer ginástica em vez de segurar uma serra ou uma pá; quando a mão calejada é considerada um sinal de inferioridade; quando tantas causas estão em ação para incutir instintos pouco saudáveis em nós – o que há para falar de hereditariedade! A própria sociedade produz diariamente esses seres incapazes de levar uma vida honesta de trabalho, esses seres imbuídos de sentimentos antissociais. Ela os glorifica quando os seus

crimes são bem-sucedidos; ela os envia para o cadafalso ou para a prisão quando não são *bem-sucedidos*.

Aqui estão as verdadeiras causas dos atos antissociais na sociedade.

Quando a *revolução* tiver modificado completamente as relações de *capital e trabalho*; quando não houver ociosos e todos nós trabalharmos de acordo com as nossas inclinações, em benefício da comunidade; quando a criança tiver sido ensinada a trabalhar com os braços, a amar o trabalho manual, enquanto o seu cérebro e coração se desenvolvem normalmente, não precisaremos de prisões, nem de carrasco e nem de juízes.

O homem é resultado do meio em que cresce e passa a sua vida. Acostume-se ao trabalho desde a infância; acostume-se a se considerar como parte da humanidade; acostume-se a entender que, nessa imensa família, não se pode fazer mal a ninguém sem sentir o resultado de sua ação; que o amor aos grandes prazeres – os maiores e mais duradouros – que a arte e a ciência nos proporcionam, seja para ele uma *necessidade*, e estamos certos de que, então, haverá muito poucos casos em que as leis da moralidade inscrita no coração de todos sejam violadas.

Dois terços dos homens condenados hoje como criminosos cometeram atentados contra a propriedade. Estes desaparecerão com a propriedade individual. Quanto aos atos de violência contra as pessoas, eles já estão diminuindo à medida que a sociabilidade aumenta, e desaparecerão quando lidarmos com as causas e não os efeitos.

\*\*\*

É verdade que em cada sociedade, por mais organizada que seja, haverá alguns indivíduos com paixões mais intensas, e que esses indivíduos serão impulsionados de tempos em tempos a cometer atos antissociais.

Mas isso pode ser evitado, dando uma melhor direção a essas paixões. Vivemos demasiado isolados hoje em dia. O individualismo proprietário – esse muro do indivíduo contra o Estado – levou-nos a um individualismo egoísta em todas as nossas relações mútuas. Apenas nos conhecemos; nos encontramos apenas ocasionalmente; nossos pontos de contato são muito raros.

Mas temos visto na história, e continuamos a vê-los, exemplos de uma vida comum mais intimamente ligada. A *família composta*, na China, e as comunidades agrárias são exemplos em apoio a isso. Ali, os homens conhecem-se uns aos outros. Pela força das coisas, eles são forçados a se ajudar mutuamente nas ordens moral e material.

A antiga família, baseada na comunidade de origem, desaparece. Mas uma nova família baseada na comunidade de aspirações, toma o seu lugar. Nesta família, os homens serão forçados a se conhecer e ajudar uns aos outros, a se apoiarem moralmente em todas as ocasiões. E esse apoio mútuo será suficiente para evitar a massa de atos antissociais que hoje são cometidos.

\*\*\*

*E, no entanto – nos será dito – sempre haverá indivíduos – doentes, como queira – que serão um perigo constante para a sociedade. Não seria bom se livrar deles de uma forma ou de outra, ou pelo menos impedir que prejudiquem os demais?*

Nenhuma sociedade, por pouco inteligente que seja, recorrerá a esta solução absurda, e aqui está o porquê:

No passado, os alienados eram considerados como seres demoníacos e eram tratados como tal. Eram mantidos acorrentados à parede em porões escuros, em anéis presos à parede, como se fossem bestas. Veio Pinel, um filho da *Grande Revolução*, e se atreveu a remover suas correntes e até trata-los como irmãos. *Será devorado!* – gritavam os guardiões. Mas Pinel *se atreveu*. E aqueles que

todos pensavam que eram feras, reuniram-se em torno de Pinel, a quem eles provaram com suas atitudes que ele tinha razão ao supor que neles dominava a melhor parte da natureza humana, ainda quando a inteligência estivesse cheia de sombras, efeito da doença.

Doravante, a causa da humanidade triunfou em toda a linha. Deixou-se de acorrentar os alienados.

As correntes desapareceram. Mas os asilos – essa outra forma de prisões – subsistiram; e dentro desses asilos se desenvolveu um sistema tão ruim quanto o das cadeias.

Então os aldeões – sim, os aldeões da pequena cidade belga de Geel, e não os médicos – falaram coisa melhor. Disseram: *Enviem-nos os vossos alienados; nós lhes daremos liberdade absoluta*. E os fizeram parte de suas famílias; deram-lhes um lugar em suas mesas, uma ferramenta para trabalhar em suas terras, e os deixaram participar dos bailes campestres dos jovens daqueles lugares. *Comam, trabalhem, dancem conosco! Corram pelos campos, sejam livres!* Este era todo o sistema, toda a ciência do aldeão belga.

E a liberdade fez um milagre. Mesmo aqueles que tinham uma lesão incurável se tornaram doces, tratáveis, membros da família como os demais. O cérebro doente trabalhava de um modo anormal; mas o coração era o coração dos outros seres humanos.

Se ouviu a palavra milagre: as curas foram atribuídas a um santo, a uma virgem. Mas esta virgem era a liberdade; este santo era o trabalho dos campos, o tratamento fraterno.

O sistema tem discípulos. Em Edimburgo, tive o prazer de conhecer o Dr. Mitahell, um homem que deu sua vida para aplicar o mesmo regime libertário aos alienados da Escócia. Ele teve de superar preconceitos; foi

combatido, pelos mesmos argumentos que são usados contra nós hoje; mas ele venceu. Em 1886, já havia dois mil, cento e oitenta alienados escoceses em liberdade, sendo estabelecidos em famílias particulares; e as comissões de acadêmicas estavam cheias de elogios ao sistema. Eu penso que sim! Nenhum medicamento competirá com a liberdade, o trabalho livre, o tratamento fraternal.

Em um dos limites do imenso *espaço entre a doença mental e o crime*, do qual Maudesley fala, a liberdade e o tratamento fraternal fizeram um milagre. Eles farão o mesmo no outro limite; aquele onde o crime é colocado atualmente.

\*\*\*

A prisão não tem razão de ser. E todos vocês que estão aqui sentem o mesmo que eu; pois se eu perguntasse aos pais e mães quem sonha com um futuro como carcereiro para o seu filho, nem uma única voz me responderia. Seja qual for o sonho do pai e da mãe, eles não iriam desejar para seu filho uma posição de guardião de presos, ou de carrasco.

E neste desprezo está a condenação absoluta do sistema penitenciário e da pena de morte.

Na atualidade, a prisão é possível porque, na nossa sociedade abjeta, o juiz pode fazer de um miserável assalariado um carcereiro ou carrasco. Mas se o juiz tivesse que vigiar os seus condenados, tivesse que matar aqueles a quem ordena que lhes tirem a vida, pode ter a certeza de que esses mesmos juízes considerariam as prisões sem sentido e a pena de morte criminosa.

E isso me faz dizer uma palavra sobre o assassinato legal, que eles chamam de pena capital em seu estranho jargão. Este assassinato é apenas um resquício do princípio bárbaro ensinado pela Bíblia, com seu *olho por olho, dente por dente*. É uma crueldade inútil e prejudicial para a sociedade.

Na Sibéria, onde milhares de assassinos se encontram em liberdade depois de terem cumprido sua pena – ou sem tê-la cumprido, porque milhares de prisioneiros fogem nas selvas siberianas –, estamos tão seguros como nas ruas das grandes cidades. Na Sibéria, onde os assassinos são conhecidos de perto, eles são geralmente considerados como a melhor classe da população. Você verá o ex-assassino servindo como cocheiro particular, e notará que a mãe confia seus filhos a um homem que foi banido por matar outro. Você vai notar que o patriota irlandês Davitt, que conhece muito bem as prisões inglesas, sentiu a mesma impressão. Os assassinos que conheceu eram também considerados os homens mais respeitáveis nas prisões. E há uma explicação para isso. Falo, evidentemente, daqueles que assassinaram em um momento de paixão, porque os assassinatos combinados com roubos raramente são premeditados: são na sua maioria acidentais.

Por mais numerosas que sejam as execuções de revolucionários na Rússia (mais de 50 desde 1879), a pena de morte não existe no país para crimes comuns. Foi abolida há mais de um século; e o número de assassinatos não é maior do que no resto das nações europeias: pelo contrário, é menor. E em nenhum lugar se notou que o número de assassinatos aumenta quando a pena de morte é abolida. Portanto, a pena de morte é uma barbárie absolutamente inútil, mantida pela vileza dos homens.

Eu sei que todos os socialistas condenam a pena de morte. Mas entre os revolucionários que não são anarquistas, ouvimos por vezes falar da guilhotina como o meio supremo de purificação da sociedade; conheci jovens que sonhavam em se tornar Fouquier-Tinville da *Revolução Social*, que se admiravam antecipadamente falando a um júri revolucionário, e pronunciando com um gesto estudado as palavras clássicas: *Cidadãos, peço a cabeça de fulano de tal.*

Bem, cidadãos e cidadãs, para um anarquista convicto, tal papel seria repugnante. No que me diz respeito, entendo perfeitamente a vingança popular; entendo que caem vítimas na luta; compreendo o povo de Paris quando, antes de se lançarem às fronteiras, exterminam nas prisões os aristocratas que conspiraram com o inimigo para esmagar a revolução; entendo a Jacquerie, e a quem censurasse esse povo, lhe faria esta pergunta: *Você já sofreu como eles, com eles? Caso contrário, ao menos tenha o pudor de permanecer em silêncio.*

Mas o procurador da República que pede tranquilamente a cabeça de um cidadão, cercado de gendarmes, e que confia a um carrasco a tarefa de cortar esta cabeça, pagando tanto pela operação, esse procurador é para mim tão repugnante quanto o procurador do rei, e lhe digo: *Se você quer a cabeça deste homem, pegue-a. Seja acusador, seja juiz se quiser; mas seja também o carrasco! Se você apenas pede a cabeça, pronuncia a sentença; se você assume o papel teatral por si mesmo e abandona a um infeliz a tarefa da execução, você é apenas um miserável aristocrata que se considera superior ao executor das suas sentenças. Você é pior do que o procurador do rei, porque volta a introduzir a desigualdade, a pior de todas as desigualdades, depois de ter falado em nome da igualdade.*

Quando o povo se vinga, ninguém tem o direito de julgá-lo. Somente sua consciência deve ser o juiz. Mas, para o procurador que quer ter pessoas mortas friamente, com toda a abjeta representação dos tribunais, temos apenas uma coisa a falar: *Não se faça de aristocrata. Seja um carrasco, se quer ser juiz! Você fala de igualdade, bem, todos nós a queremos! Não queremos uma aristocracia do tribunal ao lado dos plebeus do cadafalso!*

\*\*\*

Vou resumir. A prisão não impede a ocorrência de atos antissociais; pelo contrário, aumenta o seu número. Não melhora aqueles que estão dentro de

seus muros. Reformando quanto quisermos, será sempre uma privação de liberdade, um ambiente falso como um convento, o que torna o prisioneiro cada vez menos adequado para a vida em sociedade. Ela não atinge o que se propõe a fazer. Mancha a sociedade. Ela deve desaparecer.

É um remanescente de barbárie, misturada com a filantropia jesuítica; e o primeiro dever da *revolução* será derrubar as prisões – aqueles monumentos de hipocrisia e covardia humana.

Em uma sociedade de iguais, em um ambiente de homens livres que trabalham para todos, que todos receberam uma sólida educação e se apoiam uns aos outros em todas as circunstâncias das suas vidas, os atos antissociais não podem ocorrer. O grande número não terá razão de ser, e o resto será impedido de germinar. Quanto aos indivíduos perversos que a sociedade atual nos legou, será nosso dever evitar que seus maus instintos se desenvolvam. E se não conseguirmos, a correção honesta e prática será sempre o tratamento fraterno, o apoio moral, que encontrarão, de todos os lados, a liberdade. Isto não é utopia, já está sendo feito com indivíduos isolados e se tornará uma prática geral. E tais meios serão mais poderosos do que todos os códigos, do que o atual sistema de punição – essa fonte sempre fértil de novos atos antissociais, de novos crimes.

# ÉTICA DE GUYAU\*

Piotr Kropotkin

Entre as muitas tentativas para construir a Ética sobre bases puramente científicas realizadas na segunda metade do século XIX, merece uma menção especial a tentativa do grande pensador francês Jean-Marie Guyau (1854-1888), infelizmente morto jovem. Guyau tentou fundamentar a moral sem qualquer intervenção de elementos místicos e sobrenaturais e também sem coerção externa ou obrigação; por outro lado procurou separar do domínio moral o interesse material pessoal ou a aspiração à felicidade, sobre a qual os utilitaristas basearam sua moral.

A doutrina de Guyau amadureceu tanto no seu cérebro e está exposta com tanta clareza e de uma forma tão bela que é fácil de reproduzi-la em poucas palavras. Ainda muito jovem Guyau escreveu uma obra fundamental sobre a doutrina moral de Epicuro<sup>1</sup>. Cinco anos depois, em 1879, publicou a sua segunda obra, que tem um grande valor por ser uma história crítica da moral inglesa contemporânea<sup>2</sup>. Neste estudo, Guyau expôs e submeteu a críticas as doutrinas morais de Bentham, Mill (pai e filho), Darwin, Spencer e Bain. Finalmente em 1884, publicou o seu importante trabalho: *Esquisse d'une morale sans obligation ni sanction* (*Esboço de uma moral sem obrigação ou sanção*), que causou uma impressão intensa, não só pela novidade, profundidade e precisão das

---

\* Esse breve texto é uma tradução do capítulo 15, *La ética de Guyau* da obra em espanhol *Origen y Evolución de la Moral* de Piotr Kropotkin.

<sup>1</sup> A moral de Epicuro e suas relações com as doutrinas contemporâneas (1874). Esta obra foi coroada pela Academia Francesa de Ciências Morais e Políticas.

<sup>2</sup> A moral inglesa contemporânea.

conclusões, mas também pela beleza do estilo<sup>3</sup>. Este livro teve oito edições na França e foi traduzido para todas as línguas europeias. Nele Guyau baseia a sua moral em um conceito de vida tomado em seu sentido mais amplo.

A vida, segundo este filósofo, se manifesta no crescimento, na multiplicação e na extensão. A Ética deve ser considerada como uma doutrina sobre os meios para atingir a finalidade imposta ao homem pela própria natureza: o crescimento e o desenvolvimento da vida. Por esta razão, a moral humana não precisa de coerção, nem de obrigações imperiosas, nem de sanções sobrenaturais; desenvolve-se em nós em virtude da nossa necessidade de viver uma vida mais integral, mais intensa e mais fecunda. O homem não se conforma com uma vida comum, cotidiana, pelo contrário tenta expandi-la, fortalecer o seu tempo de caminhada, para enchê-la de impressões e emoções. E, uma vez que o homem se sinta capaz disso, ele o faz sem esperar coerção ou mandamentos de uma ordem sobrenatural. *O dever, diz Guyau, é a consciência do poder interior, a capacidade de criar algo com o máximo de força, sentir-se capaz de desenvolver o máximo de força, nesta ou naquela ação, equivale a acreditar que se é obrigado a realizar a própria ação.*

Experimentamos, especialmente numa certa idade, diz Fouillée, que possuímos mais força do que o necessário para a nossa vida pessoal e com grande satisfação usamo-la para o bem dos outros. Desta consciência do excedente das nossas forças vitais que aspiram a ser aplicadas nasce o que se chama *espírito de sacrifício*. Realizamos uma viagem distante, nos dedicamos a uma

---

<sup>3</sup> *Esquisse d'une morale sans obligation ni sanction*. (8ª ed., Paris 1907, com prefácio de Alfred Fouillée). Fouillée em seu livro *Nietzsche et "l'immoralisme"*, diz que Nietzsche fez um uso extensivo do ensaio de Guyau e que sempre teve este livro em sua mesa. Para um estudo da Filosofia de Guyau, ver as obras de Fouillée: *La Morale, l'art et la religion d'après Guyau* e *La morale des idées-forces*.

obra cultura, colocamos nosso valor, nossa energia e nossa capacidade de trabalho a serviço de uma obra geral qualquer porque nos sobram energias.

O mesmo se aplica à nossa compaixão e à nossa simpatia pelos outros. Percebemos que temos mais ideias e mais afetos, mais alegrias e mais lágrimas do que às necessárias para a nossa preservação, e as compartilhamos com os outros sem pensar nas consequências. Isto é o que a nossa natureza exige e pelas mesmas razões que explicam porque é que uma flor floresce, mesmo que depois da floração venha à morte.

O homem possui uma *fecundidade moral* que lhe permite reconciliar o egoísmo com o altruísmo. A nossa vida pessoal deve ser gasta e resolvida nos outros e para os outros. Esta propulsão humana e a sua intensificação são as condições necessárias para a verdadeira vida. *A vida, diz Guyau, tem dois aspectos: por um lado, é assimilação e digestão e por outro, é produção e fecundidade. Quanto mais o individuo absorve, mais ele tem de gastar. É a lei da vida.*

*O gasto não é, fisiologicamente, considerado um mal; é simplesmente uma das manifestações da vida. É como o processo de respirar... A vida é fecundidade e vice-versa: a fecundidade, a vida que transborda, é a única verdadeira existência. O organismo tem de gastar generosamente, caso contrário, se não morrer, seca. A vida deve florescer, a moral, o altruísmo, é a flor da existência humana.*

Depois, Guyau fala sobre a beleza da luta e do risco. De fato, muito frequentemente o homem vai a eles – e por vezes o risco é muito grande – e isto acontece em todas as idades, mesmo na velhice, apenas por amor à luta e ao próprio risco.

Todas as grandes descobertas e estudos sobre o mundo e a natureza, em geral todas as tentativas ousadas de penetrar nos mistérios do Universo ou de utilizar as forças naturais de uma nova forma (nas viagens marítimas no século

XVI, na aviação em nossos dias), todas as tentativas de reconstrução da sociedade, todos os movimentos no campo da arte obedecem precisamente a este desejo de luta e risco que encoraja indivíduos isolados, por vezes classes inteiras e por vezes até um povo inteiro. E isto é precisamente o que cria o progresso humano.

Além disso, acrescenta Guyau, existe um risco metafísico, um risco do pensamento e da especulação, quando se formula uma nova hipótese científica ou se lança um postulado social.

Eis o que mantém a ordem e o progresso moral na sociedade: o ato heroico, *não só na luta e na batalha*, mas também nas investigações do pensamento arriscado e na reorganização tanto da vida individual como social.

Quanto à sanção dos conceitos e das aspirações que nascem em nós, ou seja, a força que as torna obrigatórias, os homens sempre a procuram na religião, ou seja, nas ordens sobrenaturais ou transcendentais, acompanhadas de um sistema de ameaças, de castigos ou promessas de recompensa na vida futura. Guyau não via a necessidade destas sanções em parte alguma e dedicou alguns belos capítulos para explicar a origem do conceito de obrigatoriedade nas regras morais. As suas ideias fundamentais sobre este ponto são as seguintes:

É-nos inato aprovar os atos morais, bem como condenar os imorais. Este inatismo desenvolveu-se desde os tempos mais remotos, graças à sociabilidade humana e à vida do homem em sociedades. A aprovação ou condenação moral foi dada ao homem graças ao sentimento de justiça instintiva. De acordo com

Guyau, é nesta mesma direção que agem os sentimentos de amor e fraternidade inatos ao homem<sup>4</sup>.

Em geral, há dois tipos de inclinação no homem: as inconscientes, das quais não se dá conta, ou seja, aqueles instintos e costumes que mais tarde dão origem a ideias vagas, e por outro lado, as inclinações claras e precisas. Segundo Guyau, a moral está na fronteira entre a primeira e a segunda, e ela tem de escolher constantemente entre as duas direções opostas. Infelizmente, os pensadores ainda não perceberam o suficiente até que ponto o consciente no homem depende do inconsciente.

No entanto, continua Guyau, o estudo dos costumes e hábitos humanos nos ensina acerca da influência que o inconsciente exerce sobre as nossas ações. Estudando esta influência, vemos como o instinto de conservação não é a única força motriz de nossas aspirações, como acreditam os utilitaristas; ao lado dele há outra que é a aspiração humana a uma vida mais integral, intensa e variada. A vida não se satisfaz com a simples alimentação: aspira também à fecundidade intelectual, à atividade espiritual cheia de emoções e à variedade nas manifestações da vontade.

Naturalmente, estas manifestações da vontade podem atuar – como alguns críticos deste filósofo observaram corretamente – de uma forma hostil à sociedade, o que muitas vezes acontece. Mas as inclinações antissociais, às quais Nietzsche e Mandeville atribuíram tanta importância, não são as únicas no homem: ao lado delas existe a inclinação para a vida social, a inclinação do homem para se colocar em harmonia com a sociedade, e estes impulsos não são

---

<sup>4</sup> Já assinalamos no segundo capítulo deste livro que as aspirações morais do homem têm sido o resultado da vida social das várias espécies animais e do próprio homem. Sem a sociabilidade nenhuma espécie animal teria tido sucesso na dura luta contra as forças da natureza.

certamente menos fortes do que os antissociais. O homem orienta os seus desejos para a comunidade e para a justiça. Infelizmente, Guyau não abordou em sua obra fundamental os dois conceitos que acabam de ser mencionados. Só mais tarde os desenvolveu em seu último ensaio, *Educação e herança*.

Gyau compreendeu que é impossível construir a Ética sobre o mero egoísmo, como fizeram Epicuro e os utilitaristas ingleses.

Ele percebeu que na moral entra também o instinto de sociabilidade e que para ela não basta a harmonia interior (*l'unité de l'être*)<sup>5</sup>. Mas de todos os modos, ele não atribuía a este instinto a importância devida, como fizeram Bacon e mais tarde Darwin, que chegaram a afirmar que o instinto social no homem e em muitas espécies animais é mais forte e mais constante do que o de conservação. Gyau, por outro lado, não conseguiu apreciar a importância decisiva do conceito de justiça, ou seja, da igualdade de direitos, igualdade que está acima de todas as vacilações humanas e de todas as mudanças das épocas.

O sentimento da obrigatoriedade da moral que experimentamos de forma indubitável foi explicado por Gyau do seguinte modo:

Basta olhar, dizia, para as funções normais da vida psíquica para estar convencido de que existe uma certa pressão moral interior que vem da direção que atribuímos às nossas ações. A obrigação moral tem, portanto, a sua origem na própria vida e tem aí as suas raízes muito mais profundas do que no pensamento consciente. Vem das profundezas mais obscuras e inconscientes do homem.

---

<sup>5</sup> A moral escreveu Gyau, nada mais é do que a unidade (integração), a harmonia interior do ser humano, enquanto a imoralidade consiste na contradição entre as várias capacidades humanas, que neste caso rejeitam-se mutuamente.

O sentido do dever não é intransponível; pode ser suprimido. Mas, como Darwin já demonstrou, ele vive mesmo quando o homem faz algo contra o seu dever, pois então experimenta um desprazer.

Neste ponto, Guyau cita alguns exemplos admiráveis, assim como reproduz as palavras de Spencer, segundo as quais, no futuro, o instinto altruísta se desenvolverá a tal ponto que o homem lhe obedecerá sem qualquer dificuldade – e acrescentarei pela minha parte, que já existem alguns homens que vivem segundo este desejo. Chegará o dia, de fato, em que os homens competirão entre si na realização de atos de sacrifício: *O espírito de sacrifício*, disse Guyau, *é uma das leis da vida... Não constitui a negação da nossa própria personalidade, mas é, pelo contrário, a expressão da vida que atingiu o sublime.*

Na grande maioria dos casos, o espírito de sacrifício não exige o pagamento com a vida, mas apenas de certos bens e impõe apenas um risco. Em todos os riscos há esperanças de triunfo e estas esperanças nos proporcionam a sensação de alegria e plenitude de vida. Até mesmo muitos animais têm prazer em jogos perigosos: assim, certos macacos encontram prazer importunando os crocodilos. O desejo de combates perigosos é muito comum entre os homens. O homem sente a necessidade de medir as suas forças e a sua vontade, e isto lhe é proporcionado na luta contra as suas paixões e contra os obstáculos externos. Estas lutas são uma espécie de necessidade fisiológica.

No entanto o sentimento moral nos empurra não apenas para o risco, mas por vezes também para a morte inevitável. Neste ponto, a história ensina à humanidade que *o sacrifício de si mesmo é um dos mais poderosos e apreciáveis fatores de progresso. Para dar um passo à frente, a humanidade – esse corpo enorme e preguiçoso – tem que passar por distúrbios que custam a vida de muitos.*

Tratando dessas questões, Guyau nos deixou uma série de belas páginas, nas quais mostra que o sacrifício é uma coisa muito natural, mesmo quando nos empurra para a morte e sem a necessidade de acreditar numa vida futura. A isso devemos acrescentar e acrescentarei que o mesmo é observado entre os animais sociais. O sacrifício para o bem da família animal ou do grupo é uma característica comum dos animais, e o homem, como ser social, não pode ser uma exceção à regra.

Guayu salientou outra particularidade da natureza humana, a saber, o desejo do risco intelectual, ou seja, a capacidade já reconhecida por Platão de fazer suposições ousadas, de construir hipóteses e deduzir regras morais a partir delas. Todos os grandes reformadores sociais foram guiados pelos ideais que construíram de uma humanidade melhor; e embora seja impossível demonstrar matematicamente o que é desejável e o que é realizável na construção social empreendida neste ou naquele sentido, os reformadores dedicam toda a sua vida e todas as suas capacidades para descobrir. *A hipótese neste caso equivale à fé; da hipótese nasce a fé, ainda que não seja a fé dogmática... Kant iniciou uma revolução nos domínios da moral, na medida em que quis tornar a vontade autônoma em vez de deixá-la se curvar a uma lei externa. Mas ele ficou no meio do caminho: acreditou ser possível unir a liberdade individual do homem que age moralmente com a validade universal da lei... Mas a verdadeira autonomia deve produzir originalidade individual e não uniformidade universal... Quanto mais houver tendências diferentes que lutam entre si pela supremacia do espírito humano, tanto mais valiosa será a união futura e definitiva.*

Guyau trata das *possibilidades de realização* dos ideais em termos poéticos e inspirados. Quanto mais distante estiver da realidade, mais valioso é o ideal; encontramos, no desejo de realizá-lo, as forças necessárias para realizá-lo, ou seja, o máximo de força de que somos capazes.

De acordo com Guyau, o pensamento ousado leva a uma ação forte. A religião faz o homem dizer: *tenho esperança porque creio – e mais especificamente porque creio na revelação*. Na verdade, devemos dizer: *acredito porque espero e espero porque percebo em mim uma energia interior que sinto ser de grande significado... Só a ação nos dá fé na nossa própria força, nos outros, no mundo inteiro; o pensamento puro, por outro lado, a solidão, tira nossa força*.

É assim que Guyau via a substituição da sanção, que os ideólogos da moral cristã procuram na religião e na promessa de uma recompensa na vida futura. Em primeiro lugar, encontramos em nós mesmos a aprovação ou a censura dos atos que praticamos, porque o nosso sentido moral, juntamente com o sentimento de fraternidade, se desenvolve no homem desde os tempos mais remotos, graças à vida em sociedade e às observações que a natureza proporciona ao homem. A mesma aprovação encontra-se nas inclinações inconscientes do homem, nos costumes e instintos obscuros e inconcretos, mas profundamente enraizados na natureza humana. Todo o gênero humano tem sido educado neste sentido há milhares e milhares de anos, e se o homem por vezes se esquece das suas boas qualidades, mais tarde volta a elas infalivelmente. As qualidades morais estão mais profundamente enraizadas no homem do que a sua própria consciência.

Para explicar a força dos princípios morais, Guyau examinou até que ponto a capacidade de sacrifício está desenvolvida no ser humano e mostrou que ela é própria ao homem, que o desejo de risco e luta existe não só entre as pessoas cultas, mas também na vida comum.

Em geral, Guyau expressou o conceito contemporâneo da moral e os seus problemas. Ele não pretendia, certamente, escrever um estudo integral sobre a

Ética, mas mostrar que a moral não necessita, para a sua evolução sucessiva, de qualquer força de obrigação ou de confirmação externa.

O simples fato de que o homem aspira a intensificar a sua vida é, segundo Guyau, um apelo imperativo para viver precisamente uma vida integral. Ao mesmo tempo, o homem é impelido para este caminho pelo desejo, risco e luta, bem como pelo prazer do risco do pensamento (no risco metafísico, escreveu Guyau), ou em outras palavras, pela alegria que experimentamos por tudo o que é hipotético no pensamento e na ação, para o qual nos representamos como meramente possível.

Isto é o que substitui na moral natural o sentido de obrigação que domina na moral religiosa.

Quanto à sanção da moral, ou seja, a sua confirmação através de um princípio superior e geral, estes são substituídos na Ética natural pela aprovação moral que emana por um lado do conceito de justiça inato no homem e por outro dos sentimentos de afeição e de fraternidade desenvolvidos na humanidade.

Tais são as concepções morais de Guyau. Se as ideias de Epicuro estão na base destas, Guyau tem conseguido aprofundá-las muito. Em vez de uma moral epicurista, que é a *moral do cálculo*, Guyau criou uma moral natural desenvolvida através de um sentido de sociabilidade. Bacon, Grócio, Spinoza, Goethe, Augusto Comte, Darwin e em parte Spencer, concordaram com este conceito da moral, mas não é aceito até agora por aqueles que preferem considerar o homem como um escravo do diabo, apesar de dizerem que ele foi criado à imagem e semelhança de Deus. Naturalmente, o único meio de combater a imoralidade inata no homem é, segundo estes senhores, o chicote e a prisão neste mundo e as penas eternas do inferno no outro.

Se levarmos em consideração as diversas influências da prisão sobre o prisioneiro, devemos concordar que, uma a uma, e todas juntas ao mesmo tempo, agem de maneira a tornar o homem que se encontra detido há algum tempo cada vez menos adequado para a vida em sociedade. Por outro lado, nenhuma dessas influências atuam no sentido de elevar as faculdade intelectuais e morais do homem, de levá-lo a uma concepção superior da vida, de torná-lo melhor do que ele era quando foi preso.

A prisão não melhora os presos; ao contrário, como vimos, não impede que os denominados crimes sejam cometidos; testemunha é os reincidentes. Não serve, portanto, a nenhum dos fins que se propõe a atingir. Eis a razão da pergunta: o que fazer com aqueles que não conhecem a lei, não a lei escrita, que não passa de uma triste herança de um passado triste, mas aquela que trata dos princípios de moralidade gravados no coração de todos?

É essa é a pergunta que nosso século deve responder.

**-Kropotkin**



**Grito do  
POVO**

Uma Editora de Luta!